



COMPROMISSO DE COOPERAÇÃO PARA O SECTOR SOCIAL E SOLIDÁRIO 2023-2024

Governo continua indiferente às dificuldades financeiras das IPSS



ELEUTÉRIO ALVES, VICE-PRESIDENTE DA CNIS,
ORGANIZADOR DA XVI FESTA DA SOLIDARIEDADE

Portalegre vai mostrar ao país o Sector Social Solidário



BATALHA
«Mouzinho de Albuquerque» pondera fechar Pré para alargar Creche



VALADO DE FRADES
Centro Social mantém desejo de abrir um lar de idosos



UDIPSS LEIRIA
Há instituições a equacionar fechar valências para garantir sustentabilidade

A GAMA PROFISSIONAL ADAPTADA A CADA PACIENTE

- ✓ iD oferece conforto e segurança
- ✓ 100% respirável para preservar a integridade da pele
- ✓ Tem um sistema de controle de odores

Aprovado por dermatologistas

NORDHigieno
Produtos de higiene e limpeza

Eugénio Fonseca



IPSS Laboratórios Intergeneracionais

- porque não?

Não tanto com a frequência que deveria, mas de quando em vez, sobretudo sob a égide da Academia, são tratados assuntos como o diálogo entre as gerações, a valorização da cidadania dos jovens, os perigos decorrentes do “idadismo”, entre outros, decorrentes do compromisso juvenil, desde logo, na construção da sociedade. Estes temas são de grande complexidade, mas fixo-me no que é mais recorrente, como os encontros entre gerações, na sua maioria, se reduzirem à realização de atividades lúdicas. A convivência de pessoas de diferentes idades a colaborarem na gestão de instituições ou na dinamização de programas de interesse comum, são realidades tão escassas que nem se dá por elas. O crescimento da dimensão cívica dos jovens é um imperativo sempre justificado como sendo eles os artífices do futuro, mas não do presente, o que aponta para uma participação passiva sem atribuições, onde possam ser escutados nos processos de criação das iniciativas e tidos em conta nas decisões. Há outra ideia predominante que é a de não ser possível a convivência de jovens com os mais velhos, por serem antagónicos os seus interesses, o que, a ser assim, é a aceitação de uma atitude discriminatória a que se dá o nome de “idadismo”. Esta discriminação pode ser geradora de tensões e resultar numa perda irreparável de partilha de saberes e experiências. É importante que os mais novos visitem os idosos institucionalizados e os animem com tempos lúdicos ou os ensinem a trabalhar com novas tecnologias. São, sem dúvida, tarefas muito interessantes e necessárias, como expressão de um modelo de voluntariado, mas que é bem diferente daquele que se espera de jovens, devidamente mobilizados e apoiados, que pasará por se disporem a exercer a cidadania de

modo mais corresponsável perante os desafios que lhes forem propostos.

Estas questões são uma preocupação que me acompanha, ao sentir que se não se começar já a cuidar do rejuvenescimento de algumas instâncias da sociedade portuguesa, desde o nível mais local ao nacional, há o perigo, já sentido em muitas, de se ficar no “*sempre se fez assim*”, impedindo de ver as novas realidades e que a criatividade jorre em iniciativas mais realistas. No limite, se não entrar “sangue novo” em muitas organizações, elas morrerão por falta de quem queira responsabilizar-se por elas.

Na verdade, há muito que trago comigo este temor e, por isso, gostaria de ver maior empenho na mobilização dos jovens para a prática do voluntariado. Mas, confesso que as Jornadas Mundiais da Juventude (JMJ) fizeram incendiar, em mim, estas preocupações da valorização dos jovens na transformação, não só da Igreja Católica, mas também de outras organizações, como muitas das nossas IPSS. A figura galvanizadora destas JMJ, foi o Papa Francisco, e para validar o meu pensamento socorro-me do que ele disse aos jovens que encontrou nas JMJ do Panamá: “...*existe uma crença errada de que a missão deles, a sua vocação, a sua própria vida, é uma promessa, apenas para o futuro, não tendo nada que ver com o presente. Como se, ser jovem, fosse sinónimo de sala de espera. No entanto, devemos esforçar-nos por propiciar-lhes espaços para sonhar, para se envolverem e trabalharem no amanhã, juntos, a partir de hoje.*”¹

As IPSS podem ser esses *espaços* desde que os seus dirigentes o queiram, pois, sem acreditar que a integração ativa de jovens é um bem para a renovação e fortalecimento do presente, bem como garantia da sustentabilidade funcional das instituições, não acontecerá a abertura aos mais jovens.

Outra decisão a tomar é o recrutamento da juventude como associados ou voluntários, no sentido de os ir preparando, através de uma capacitação adequada e com o enquadramento de uma gestão específica, assegurada por um dirigente com funções atribuídas para este setor, para assumir responsabilidades na instituição até à integração nos órgãos sociais. Procurar que, sempre que forem constituídas comissões para a realização de iniciativas pontuais, as mesmas possam ser formadas por pessoas de diferentes idades, experimentando, assim, o relacionamento entre gerações que poderá já estar mais maturado quando o mesmo tiver de se concretizar em qualquer função dirigente.

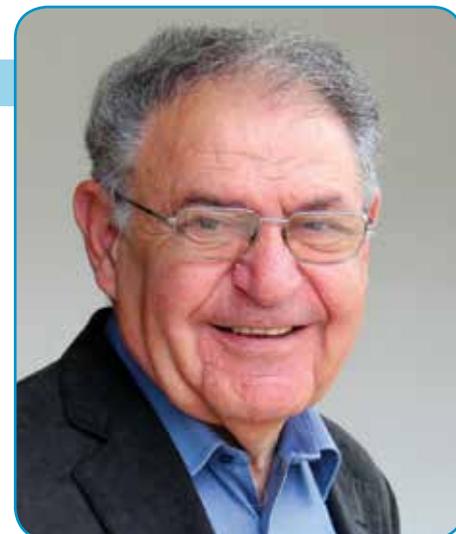
É óbvio que estas transformações não se fazem por decreto. Nem acontecem a curto prazo. É um processo com avanços e recuos. Tem contingências que não se podem descurar. A resistência em se aceitar a ousadia dos mais novos, e destes a de acatar os conselhos resultantes do caminho já feito, tem que ser tida em conta e, quiçá, conservar a sua essência mesmo com a aplicação progressiva de metodologias mais atuais. A maior mobilidade dos jovens, por causa dos estudos ou de emprego, pode ser um obstáculo a ultrapassar, mas as novas tecnologias, hoje, permitem formas de participação direta à distância, sempre que não seja possível a presença física.

Esta integração juvenil nas IPSS não é tarefa fácil pelas razões que aduzi e, decerto, que outras se encontrarão. Mas não tenho a menor dúvida de que se não se iniciar, desde já este processo, muitas IPSS poderão começar a ter dificuldades, a médio prazo, em assegurar a gestão e a serem ultrapassadas no rasgar de novos horizontes no âmbito da solidariedade e promoção social. Algumas IPSS poderiam aceitar o desafio de serem Laboratórios Intergeneracionais.

¹ Cf. AMBROGETTI Francesca, RUBIN Sergio, O Pastor, Paulinas Editora, Prior Velho 2023, 277.].

EDITORIAL

Padre Lino Maia - Presidente da CNIS



SUSTENTABILIDADE ECONÓMICA E FINANCEIRA DAS IPSS

Sinais de alerta

1 - Grande vulnerabilidade à inflação e ao aumento dos gastos com pessoal

As IPSS são particularmente vulneráveis à inflação e ao aumento dos gastos com pessoal. Por um lado, trata-se de um serviço de pessoas a cuidar de pessoas, que não podem ser substituídas por máquinas e que requerem uma especialização cada vez maior. Isto obriga este tipo de Instituições a comportar quadros bastantes pesados de recursos humanos. Este primeiro fator está patente na estrutura de custos destas Instituições: enquanto que para as empresas não financeiras o peso dos gastos com pessoal no total dos gastos operacionais, em 2021, é de 16%, nas IPSS o seu valor ascende a 65% do total dos gastos operacionais. Para reforçar este fator é de notar que, tirando a direção técnica e alguns quadros mais especializados que, dependendo das respostas sociais em funcionamento, podem ser integrados (psicólogo, nutricionista, sociólogo, etc.), a maior parte do pessoal ao serviço tem remunerações-base próximas do salário mínimo nacional. Ora, dada a expectativa de aumentos de, em média, 6% ao ano entre 2022 e 2026, ano em que se prevê que a remuneração mínima atinga os 900 euros, as Instituições podem não ser capazes de acomodar este aumento salarial nos serviços prestados, levando a uma progressão de resultados negativos que ponham em causa a sua sustentabilidade. Note-se a especificidade do trabalho das IPSS (pessoas a cuidar de pessoas) não permite acomodar estes aumentos nas remunerações com aumentos equivalentes na produtividade do trabalho.

Acresce a esta situação o facto das outras componentes do custo do serviço prestado (matérias-primas, gás, eletricidade, utensílios de desgaste rápido, bens de higiene e saúde, etc.) terem também aumentado substancialmente: em 2022, segundo o Boletim Económico – junho 2023, a inflação atingiu os 8,1% e projeta-se que feche o ano de 2023 nos 5,2%. Em 2024 e 2025 a projeção atual aponta para, respetivamente, 3,3% e 2,1%, ainda acima do *target* de 2% do BCE.

Porque é este cenário particularmente preocupante para a sustentabilidade das IPSS? Dada a sua natureza de prestação de um serviço social, que dá prioridade aos mais vulneráveis e procura servir os mais pobres em primeiro lugar, muitas vezes os utentes não têm capacidade para pagar um valor que cubra o custo real do serviço que lhe é prestado. Porém, mesmo



que o utente tenha capacidade para ajustar a mensalidade para acomodar o aumento de custos com pessoal e inflação descritos, legalmente esse aumento não pode ultrapassar os 5% ao ano, que se afigura abaixo dos 6% de aumento do salário mínimo e da inflação em 2023. É por isso fundamental que os acordos públicos, particularmente com a Segurança Social, possam garantir a salvaguarda dos serviços prestados dentro do panorama de subida dos gastos verificada e esperada. Fora essa opção restam às IPSS duas vias: redução de despesa ou aposta em meios alternativos de obtenção de rendimentos (mecenato, gestão de imóveis, aposta em áreas de serviços como a restauração, serviços de jardinagem, lavandaria, etc.), sendo que para uma grande parte do tecido de IPSS, dada a sua localização e constituição, estas opções são difíceis de concretizar.

O que os dados nos mostram é que, em termos do peso das mensalidades no total de rendimentos, a sua importância cresceu para as IPSS entre 2016 e 2019 (dados da amostra de 565 IPSS confirmados na amostra de 1000 IPSS), mas esse peso decresceu progressivamente em 2020 e 2021 (em 2019 o valor observado era de 32% enquanto que em 2020 e 2021 foi de 29% e 28%, respetivamente). Já no caso do peso das participações da Segurança

Social no total de rendimentos o comportamento é inverso: a sua importância decresceu para as IPSS entre 2016 e 2019 (dados da 1ª série confirmados na 2ª), mas aumentaram em 2020 e 2021 (em 2019 o valor observado era de 39% enquanto que em 2020 e 2021 foi de 41%).

2- Rácios de liquidez e financeiros

Além dos resultados atrás apresentados que evidenciam situações de liquidez e de solvabilidade sustentáveis, há outros rácios representativos da estrutura financeira das IPSS que dão menos garantias da sua sustentabilidade. Por um lado, as IPSS apresentam uma rotação do ativo menor que as empresas não financeiras (em 2021 este rácio foi de 0,5 para as IPSS, enquanto que para as empresas não financeiras e organizações da CAE 87 e 88 foi de, respetivamente, 0,6, 0,6 e 0,9), o que traduz uma menor capacidade inerente ao setor de rapidamente transformar o seu ativo em meios líquidos para sustentar os custos dos serviços que presta. Adicionalmente, a rentabilidade operacional é inferior à observada nas empresas não financeiras e no sector social dito lucrativo, o que demonstra uma menor capacidade das IPSS em gerar ganhos por cada unidade monetária (serviço prestado) vendida, comparativamente com as empresas com fins lucrativos.

COMPROMISSO DE COOPERAÇÃO PARA O SECTOR SOCIAL SOLIDÁRIO 2023-2024

Mês de agosto é crucial para as negociações

As negociações das Organizações Representativas do Sector Social e Solidário (ORSSS) com o governo, com vista à obtenção de um Compromisso de Cooperação para o Sector Social e Solidário para 2023-2024, estão ainda num impasse, apesar de já terem começado há uns meses.

Espera-se que até ao fim de agosto haja um acordo final, mas o jornal Solidariedade sabe que tal só acontecerá se houver uma atualização dos valores dos acordos de cooperação que a CNIS considere justa.

São vários os assuntos em equação neste processo negocial, mas a atualização dos valores é da máxima urgência. As ORSSS têm vindo a alertar os diferentes Ministérios (Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Saúde e Educação) para as dificuldades financeiras que afetam as instituições, que se agravam à medida que o tempo passa.

A elevada inflação que se verifica há cerca de dois anos tem provocado um aumento dos custos de exploração, sobretudo no que se refere a salários, despesas com produtos alimentares e custos de energia.

O recebimento antecipado, ainda em 2022, de parte do aumento das comparticipações para 2023, estipulado na Adenda (4,2% do valor global das atualizações para 2023), ficou muito aquém do aumento global das despesas com que as IPSS têm vindo a ser confrontadas em 2023 e destinou-se prioritariamente a colmatar as dificuldades de tesouraria que já se verificavam em final de 2022, por via da referida inflação nesse ano (7,8% na economia em geral, mas



muito superior nas atividades das IPSS).

Por ocasião da assinatura da Adenda, o presidente da CNIS avisou os membros do Governo de que esse pagamento antecipado, em 2022, se esgotaria em reforço de tesouraria e que os 0,8% de atualização efetiva em 2023 teriam de ser acompanhados de um eficaz reforço por parte da Segurança Social, no mínimo, para repor as perdas devidas à inflação de 2022 e 2023. O que ainda não aconteceu.

Acresce que essa atualização dos acordos de cooperação, porque inferior à inflação verificada em 2022, se afasta do rumo traçado no Pacto

de Cooperação para a Solidariedade Social, assinado em dezembro de 2021, e então confirmado pelo primeiro-ministro, no sentido de as comparticipações do Estado em sede de cooperação deverem caminhar para uma proporção equitativa, representando 50% das dos custos das respostas sociais.

As negociações decorrem de forma lenta, por parte do governo. E não há ainda data da possível assinatura do Compromisso de Cooperação para o Biénio 2023-2024, esperando-se que durante este mês de agosto o documento possa ser firmado.

UNIÃO REGIONAL DAS IPSS DO ALGARVE, FARO

Celebração do 20º aniversário sob o lema «A União somos todos nós»

No passado dia 24 de julho, a URIPSS Algarve comemorou o 20º aniversário sob o lema «A União somos todos nós».

Cerca de 160 pessoas, em representação de instituições associadas, outras Uniões Distritais, CNIS, autarquias e parceiros, mas também trabalhadores e utentes de instituições do distrito, tiveram a oportunidade de participar na sessão temática sobre «Sustentabilidade e Recursos Humanos», a que se seguiu o jantar de aniversário, marcado por diferentes homenagens a diversas entidades.

O presidente da CNIS marcou presença em Faro e, antes da sessão temática, acompanhado por José Carreiro, presidente da URIPSSA, visitou três instituições da cidade: ARPI – Associação de Reformados Pensionistas e Idosos, CASCD – Centro de Ação Social Cultura e Desporto dos Trabalhadores da Saúde e Segurança Social do Distrito de Faro e Instituto D. Francisco Gomes (Casa dos Rapazes de Faro).

Na sessão temática, os presentes puderam



assistir às intervenções de André Rodrigues, José Figueiredo, Jorge Botelho e do padre Lino Maia.

Com a conferência pretendeu-se passar a mensagem de que a sustentabilidade do sector é responsabilidade de todos, sejam comunidades, instituições, organizações representativas, Estado Central e Local. Ninguém está dispensado de participar e contribuir para superar os

novos desafios da sustentabilidade do Sector Social Solidário.

Já relativamente aos Recursos Humanos das IPSS, a mensagem que ficou é que são eles que cuidam das pessoas, promovem o seu desenvolvimento e das comunidades em que estão inseridos, num quadro de respeito pela liberdade e dignidade da pessoa, da família e da comunidade, com a sua competência técnica e humana e que garante o acesso a direitos fundamentais.

Seguiu-se um espaço de encontro e o jantar de aniversário, com homenagem a instituições, entidades oficiais e ex-dirigentes nacionais, envolvidos na transição dos antigos Secretariados Distritais, com especial destaque às Uniões Distritais e Regionais.

A presidente da Mesa da Assembleia da URIPSSA, Maria Filomena Rosa, destacou o papel das Uniões na representação e apoio às instituições de base e na pessoa do presidente da Direção, José Carreiro, homenageou todas as Uniões.

CARLA VERDASCA, PRESIDENTE DA UNIÃO DISTRITAL DAS IPSS DE LEIRIA

Há instituições a desistir de PRR aprovados, porque os custos entretanto escalaram

O SOLIDARIEDADE prossegue a sua Volta a Portugal da Solidariedade e, nesta edição, parou no distrito de Leiria. Carla Verdasca, presidente da União Distrital das IPSS de Leiria sustenta que “há um espírito nas IPSS para continuar a avançar e a arriscar, porque as pessoas precisam” e, por aí considera que as instituições leirienses “estão no bom caminho”.

No entanto, nem tudo são rosas, pois há um conjunto de instituições, pelo menos, entre as 140 associadas, que atravessam graves dificuldades financeiras. E a primeira consequência disto é algumas delas ponderarem fechar algumas valências, no sentido de ganharem um pouco mais de sustentabilidade financeira.

Por outro lado, à semelhança de outros distritos, há IPSS com projetos aprovados pelo PRR que optaram por desistir dos mesmos, face à escalada de preços que se verificou entre a aprovação da candidatura e o momento atual.

SOLIDARIEDADE - Que retrato é possível traçar do Sector Social Solidário no distrito de Leiria?

CARLA VERDASCA - As instituições têm um papel fundamental no distrito, porque são as respostas que temos a nível de infância, apesar do Pré-escolar público, dos idosos, seja no acompanhamento em apoio domiciliário e outros, apesar de existirem alguns privados. Agora, a nível da deficiência, a resposta é integralmente dada pelas IPSS. A pandemia trouxe alguns desafios diferentes. Apesar de já ter terminado, noto alguma mudança, porque tivemos que aprender algumas coisas. Agora, a situação financeira é complicada. Temos algumas associadas que nos contactam para reunir para tentarem perceber que alternativas e financiamentos existem para poderem recorrer, porque estão a ficar em situações mais apertadas. Estivemos na União a avaliar os relatórios de contas apresentados em março pelas instituições para fazermos esse levantamento e percebermos melhor qual a situação das instituições. O futuro vai ser difícil. Há instituições, por exemplo, a ponderarem não fechar por completo, mas terminarem algumas respostas sociais. Se dantes essas respostas sociais sobreviviam porque as outras davam para cobrir os prejuízos, neste momento como já não conseguem gerir a situação dessa forma, algumas ponderam fechar determinadas respostas que têm poucos utentes. O lado que sobrevive é o humano, porque encerrando-se certas respostas, há pessoas que ficam sem apoio, ou seja, sem comida, sem cuidados de higiene, etc.. Nestas situações, com mais apoio ou com um donativo, essas instituições vão... sobrevivendo.

E em que resposta social o distrito está mais carenciado?

Na área da infância, algo que se sente em todo o país, é na resposta de creche. Por outro lado, também na área da deficiência. Mesmo as IPSS que já existem não conseguem receber mais utentes. Por vezes até têm condições, mas não conseguem



alargamento das capacidades. A nível dos idosos, já ouvi mais queixas por falta de vagas em ERPI. É certo que com a pandemia morreram muitos idosos e abriram muitas vagas em lar, mas as pessoas começam a recorrer mais cedo ao apoio domiciliário, daí não haver tantas queixas por falta de vagas.

Que balanço é possível fazer em termos de candidaturas ao PRR por parte das instituições do distrito?

Houve candidaturas, especialmente para creches, e muitas foram aprovadas, mas agora falta dinheiro para avançarem com os projetos, porque os preços estão muito mais elevados em termos de materiais de construção. Um PRR participado a 80% na altura da aprovação, não cobre 80% dos custos atualmente. E já tivemos conhecimento que algumas instituições que desistiram de avançar com as obras.

Como é a relação da UDIPSS com as associadas e que tipo de solicitações é que estas vos fazem?

São essencialmente jurídicas. A UDIPSS tem um advogado que dá apoio e presta os esclarecimentos necessários às instituições. Tem havido uma grande procura, essencialmente sobre questões relativas à contratação coletiva e, por vezes, situações muito concretas com determinados funcionários. Neste sentido, procurámos fazer formação nesta área jurídica junto das associadas. Aliás, esta área da formação interessa muito às instituições. Com a pandemia houve uma diminuição nas ações de formação, mas, entretanto, já recuperámos o ritmo. As associadas procuram-nos muito para ações de formação. Por vezes, questiono-me o que podemos fazer mais pelas associadas e acho que recebê-las e ouvi-las para clarificar algumas questões é fundamental, porque as instituições, de tempos a tempos, mudam de dirigentes e estes precisam de contexto, que nós tentamos dar. Muitos há que só vão para as instituições para elas não fecharem e precisam de orientação para saber qual o melhor caminho a seguir. Os órgãos sociais das IPSS são muito importantes e não são devidamente valorizados. Para as solicitações que temos das associadas, penso que devíamos ter um advogado a tempo inteiro.

Para isso é preciso que as Uniões tenham financiamento próprio, para além das quotizações.

Como vê essa questão do financiamento das UDIPSS e em que é que as associadas poderiam beneficiar se ele existisse?

Nós vivemos das quotas, de onde sai uma percentagem para a CNIS, mas com outro financiamento, como já existiu por parte do Estado, até poderíamos ir mais para o terreno. A mim custa-me, por vezes, a conversa ser por telefone, pois seria, certamente, mais proficuo se pudéssemos passar uma manhã nessa instituição que está a passar dificuldades. E estas podem não ser financeiras, mas de orientação. A CNIS nem sempre veste a nossa camisola e a UDIPSS Leiria tem tido diversas questões com a CNIS por causa das quotas... A UDIPSS Leiria fez um acordo de pagamento com a CNIS e, mesmo assim, o tesoureiro enviou-nos a dívida, tendo nós cumprido o acordo que fizemos com a Direção! Se fizemos um acordo, para resolver uma questão que vinha de trás, e temos cumprido o acordo, como é que agora recebemos uma fatura com a dívida? Isso demonstra que a CNIS não está a vestir a mesma camisola que nós. Tenho pena que não haja mais conversas e presença da CNIS nas UDIPSS. Já o disse nos fóruns devidos e repito-o aqui. Penso que duas ou três vezes por ano, a CNIS devia reunir com cada UDIPSS, para saber que necessidades é que nós temos. Termino o meu mandato em dezembro e, durante este tempo todo, a CNIS reuniu connosco uma vez para fazer o acordo de pagamento das quotas, nada mais! A UDIPSS Leiria fez uma candidatura para formação, mas não há mais nada onde possamos ir buscar financiamento.

A UDIPSS Leiria celebra 20 anos este ano, que balanço é possível fazer destas duas décadas?

Foi um percurso de crescimento e de evolução, a começar pelo espaço da sede, que era muito pequenino. Temos cada vez mais associadas e pedidos de filiação, temos mais visibilidade, ainda assim um bocadinho aquém do que desejaríamos. É um percurso duro, mas todos os percursos são duros. No entanto, é um percurso que nos orgulha muito.

Qual o feedback que têm das instituições acerca da creche gratuita?

Ainda está tudo muito no início, a longo prazo é que as creches vão poder fazer um balanço e a comparação com as mensalidades anteriores. Por um lado, há creches que saem beneficiadas, porque o valor por criança é superior ao que recebiam pelas mensalidades familiares. No nosso distrito, acho que anda ela por ela, por isso é que ainda não tem havido grandes manifestações. Acho que nos próximos anos é que vamos conseguir perceber a real situação. As despesas estão mais elevadas e só no futuro próximo é que vamos perceber se o valor da comparticipação é suficiente. Até agora, o saldo não é negativo, mas também não é possível dar já uma resposta a essa pergunta. Do que tem chegado à UDIPSS, não me parece que haja grandes constrangimentos. Só se não nos chegarem, o que pode acontecer.

PEDRO VASCO OLIVEIRA (TEXTO)

CRECHE/JARDIM MOUZINHO DE ALBUQUERQUE, BATALHA

Fecho do Pré-escolar está em cima da mesa para poder aumentar capacidade de creche

Faz agora 75 anos que Maria Hercília Sales Oliveira Zuquet, por todos conhecida como Menina Cilinha, “que se preocupava com o desenvolvimento das crianças desfavorecidas do concelho”, avançou, a pedido do Bispo de Leiria, criou a Creche/Jardim Mouzinho de Albuquerque, ainda sem ser nos moldes atuais, mas já “com um papel extremamente importante no concelho, ensinando as crianças mais pobres e dando-lhes o que os pais não lhes conseguiam dar”, conta António Caseiro, presidente da Direção da instituição, desde 2012.

Em 1952, através de despacho do Bispo de Leiria, foi constituída a Junta de Acção Social da Diocese de Leiria, que passou a integrar a instituição, ainda e sempre, até à sua morte, dirigida com mão de ferro pela Menina Cilinha. Já no ano de 1983, ganhou o estatuto de IPSS, “através de alvará da Segurança Social”.

“A Menina Cilinha era poderosa financeiramente, mas, na altura, não havia pessoas capazes de a aconselhar para um trabalho mais profícuo em termos de resultados. Mas ela também não queria, porque chegava ao fim do ano e punha o dinheiro que faltava”, começa por contar António Caseiro, prosseguindo: “Posso dizer que a casa em 2011 teve um resultado negativo de 110 mil euros e, no final do ano, ela cobriu esse prejuízo, sendo que no ano seguinte o resultado negativo foi de 120 mil euros, que ela repôs igualmente”.

Ora este modelo de gestão, em que o mau aconselhamento, o carácter autoritário da fundadora e diretora e a abundância de recursos, ao momento do falecimento da Menina Cilinha quase acabou com a instituição.

“Entre 2011 e 2012, quando a Menina Cilinha faleceu, a instituição parou a sua atividade e esteve mesmo para desaparecer. No entanto, dado o importante papel desempenhado pela instituição, o padre José Gonçalves, pároco na Batalha, preocupado com a continuação do importante trabalho desenvolvido pela instituição, contactou diversas pessoas no concelho da Batalha para darem seguimento à obra. Porém, nenhuma dessas pessoas quis assumir a responsabilidade de formar uma nova Direção que desse continuidade ao trabalho da instituição e, a determinada altura, o Bispo veio ter comigo e desafiou-me a dar uma ajuda para que a instituição não morresse”, recorda o atual presidente da instituição.

Em finais de 2012, através de um despacho do Bispo de Leiria, António Caseiro foi nomeado diretamente presidente da IPSS.

“Foi, então, escolhida uma Direção, formada por mais quatro senhoras, e em conjunto assumimos a responsabilidade de não deixar morrer a casa”, conta, sublinhando: “Passados seis meses, a instituição estava salva, 16 postos de trabalho recuperados, 86 crianças com a possibilidade de continuarem a sua instrução na instituição e 600 mil euros investidos”.



Apesar de a Menina Cilinha ser “muito poderosa em termos financeiros”, após o seu falecimento a instituição, não só parou um ano a sua atividade, como esteve prestes a fechar portas.

“Desde o momento em que a senhora adoeceu, os padres nunca mais saíram de ao pé dela. E os bens da Menina Cilinha, através de testamento, foram dados aos bombeiros da Batalha, à paróquia da Batalha e à Diocese Leiria-Fátima. A exceção foi o antigo edifício onde funcionava a instituição, que o Bispo autorizou que fosse vendido para ser utilizado na construção de um novo equipamento” A senhora era muito poderosa financeiramente, mas desde que a senhora adoeceu, os padres nunca mais saíram de ao pé dela. E os bens da Menina Cilinha, através de testamento foram dados aos bombeiros da Batalha, à paróquia da Batalha e à Diocese Leiria-Fátima. A exceção foi o antigo edifício onde funcionava a instituição, que o Bispo autorizou a ser vendido para ser utilizado na construção de um novo equipamento”, relata António Caseiro.

Com a venda das anteriores instalações, por 325 mil euros, com 100 mil euros que a instituição (leia-se, Paróquia da Batalha) investiu e ainda com o recurso a algumas empresas do concelho, a instituição construiu o equipamento onde hoje labora.

“O objetivo desta Direção foi, e tem sido sempre, manter as contas da instituição equilibradas, o que temos conseguido, mas para tal foi necessário recorrer ao conhecimento de cada um dos dirigentes e não só. Nesse sentido, todos os anos promovemos algumas festas para angariação de fundos e, na verdade, desde 2013 até hoje a instituição nunca deu prejuízo e tem uma situação financeira estável”, enfatiza

António Caseiro, contrapondo com o passado: “O problema é que a gestão da instituição era uma gestão pessoal, feita pela Menina Cilinha, que não era bem aconselhada. Ela era uma senhora à antiga, autoritária. O grande problema é que ela estava rodeada de pessoas que não a aconselhavam bem e que até se serviram pessoalmente”.

Atualmente, com uma equipa de 16 funcionários, a Creche/Jardim Mouzinho de Albuquerque acolhe 46 crianças em creche e 40 em Pré-escolar, mas tudo poderá mudar num futuro próximo.

“Relativamente à creche, a receita tem sido sempre positiva, já no caso do Pré-escolar a coisa não é bem assim. Atendendo a que são assinados contratos coletivos de trabalho para que uma educadora ganhe 2.000 euros, temos que ter determinado número de crianças para que a receita seja, pelo menos, equivalente à despesa. É impossível! Claro que há o acordo com o Estado para que até determinado valor seja responsabilidade da instituição, cobrindo o Estado o restante. É certo que paga sempre atrasadamente, mas ainda assim suporta o custo e alivia as nossas contas, mas não chega”, lamenta o presidente da instituição da Batalha.

Em termos de contas, António Caseiro destaca os eventos que a instituição promove de angariação de fundos, mas também a importância da consignação do IRS.

“Em 2023 recebemos cerca de 17 mil euros de consignação do IRS, o que é muito importante para a nossa gestão”, afirma.

Sobre a situação do Pré-escolar, uma resposta social há muito a necessitar de uma atualização no seu modelo de financiamento, algo sucessivamente adiado por parte do Estado,



António Caseiro é direto: “Atendendo à evolução do concelho e à necessidade urgente de sermos só creche, está previsto eliminarmos o Pré-escolar, porque à Câmara compete assegurar a pré-escola. Estamos a pensar seriamente nessa possibilidade, porque tendo a instituição a capacidade que tem, com o reconhecimento que tem pela comunidade, a Direção considera que é mais vantajoso eliminar o Pré-escolar e ficar apenas com a resposta de creche, alargando a capacidade para 86 crianças”.

Esta opção traz uma garantia financeira à partida, assegurada pelo Estado, e é essa a grande preocupação da instituição com o futuro.

“O problema que se coloca no futuro é se a comparticipação do Estado por criança em creche será suficiente, pois sabemos que as instituições vivem situações muito apertadas financeiramente, e se, por exemplo, os custos com pessoal aumentarem muito, a

comparticipação terá que cobrir esses aumentos”, assevera.

Por seu turno, Susana Sousa, diretora-técnica da instituição, explica por que é que o Pré-escolar dá constante prejuízo às instituições.

“O Pré-escolar dá prejuízo porque, primeiro, a nossa instituição só tem capacidade para 40 crianças e, depois, as tabelas de comparticipação são baixas, que é o principal problema. Temos crianças que pagam apenas 20 euros e logo aí há uma grande diferença, porque é no Pré-escolar que temos mais material de desgaste, mais alimentação, porque as crianças comem mais do que as da creche, e todas as exigências que a Educação requer para o Pré-escolar provocam muita despesa. Com mensalidades de 20 ou 50 euros, é impossível manter um Pré-escolar, o que acaba por transformar a gestão num exercício muito difícil. E depois, o acordo de cooperação é apenas para 25 crianças”, explica a responsável técnica.

Apesar de haver mais três instituições na Batalha e ainda um privado, segundo Susana Sousa, “mais vagas em creche houvesse e seriam preenchidas”, avançando uma explicação: “A razão é que na Batalha a qualidade de vida atrai muita gente de todos os pontos do país, porque há trabalho e toda uma oferta a nível educacional que não há em muitas zonas de Portugal”.

E se a instituição considera estar num local privilegiado, nem tudo corre como desejam os responsáveis por ela: “Não termos capacidade para acolher tantas crianças quanto desejávamos. Este ano em particular, estamos a viver uma situação que, talvez, já fosse um pouco previsível, mas não na dimensão que está a acontecer. Ou seja, com a creche gratuita houve um boom de inscrições, com a instituição a ser muito mais procurada e, depois, as famílias não estão a perceber o que lhes foi dito, pois não há vagas para todas as crianças”.

Susana Sousa aponta ainda as dificuldades financeiras com que a instituição se depara quotidianamente.

“Por isso, estamos sempre à procura de fornecedores, preferencialmente produtores locais, para conseguirmos preços mais acessíveis”, sustenta, acrescentando: “Gostávamos de ter mais apoio da Segurança Social, mas a burocracia ainda é demasiada”.

Já sobre a implementação da Creche Feliz, a diretora-técnica vê a media como muito positiva.

“Em termos das famílias é ouro sobre azul, mas ainda há quem não tenha percebido muito bem como funciona. Há ainda uma certa desconfiança e ainda há pessoas que não sabem que é gratuita. No entanto, é uma medida muito positiva, é um incentivo à natalidade e, neste momento particular, uma grande ajuda para as famílias. E, depois, é uma oportunidade para que as crianças que ficavam em casa, com os avós ou com amas, de virem para uma creche onde há um projeto educativo pensado para o desenvolvimento holístico da criança, para além de ser um local onde a alimentação é cuidada”.

CENTRO SOCIAL DE VALADO DE FRADES, NAZARÉ

76 anos ao serviço da comunidade mais desfavorecida da freguesia do Valado

São 76 anos de história ao serviço da comunidade mais desfavorecidas de Valado de Frades, freguesia do concelho da Nazaré, mas com os olhos postos no futuro e nas necessidades da comunidade que, há mais de sete décadas, o Centro Social de Valado de Frades serve abnegadamente.

“Em 1947, houve uma doação de duas pessoas abastadas da comunidade de Valado de Frades, as senhoras Guilhermina e Dolores O’Neill, que doaram todo o terreno onde hoje a instituição está sediada, especificamente na condição de ser utilizado para beneficência, no fundo, para ser uma casa de apoio à comunidade”, começa por contar José Adolfo, diretor-geral da instituição, prosseguindo: “A doação foi feita ao Patriarcado de Lisboa, mas quem ficou com a tutela direta e com a gestão deste projeto social foi a Congregação das Servas de Nossa Senhora de Fátima.

As freiras estiveram a gerir diretamente esta casa até 2022, que se foram retirando de forma gradual. Progressivamente foram deixando esta responsabilidade, primeiro no Conselho Fiscal, depois foram ficando menos na Direção até que, por fim, em 2022 a última irmã que integrava a Direção saiu. Entregaram a tutela da instituição diretamente à Paróquia de Valado de Frades, sendo que continua ligada ao Patriarcado”.

José Adolfo não se cansa de elogiar o papel da Congregação, “que geriu a instituição ao longo de 75 anos”, acrescentando que “esta é uma obra delas, pois só se desligaram fisicamente, deixando de estar aqui a gerir a casa”.

Doado o terreno, progressivamente foi sendo construído o edificado, sendo que parte dele tem uma traça de casario antigo, apesar de não ser o mais velho.

“A parte das instalações que é a mais antiga, atualmente não parece ser a mais antiga, porque já sofreu uma intervenção. É a área da infância, mas ainda assim é mais antiga do que a dos idosos. O edificado foi sendo construído gradualmente e funciona circularmente. Apesar de todo o edificado, ainda há muito espaço exterior, com um pátio central e uma área com um parque infantil mais atrás”, explica o diretor-geral, há cinco anos no cargo, altura em que a Congregação começou a preparar a sua saída, optando por uma profissionalização da gestão da instituição.

Hoje, o Centro Social de Valado de Frades acolhe 64 crianças em creche, 50 em Pré-escolar e ainda 18 em ATL, mas apoia ainda 20 idosos em Centro de Dia e 21 através do Serviço de Apoio Domiciliário. Mas nem sempre foi assim...

“A instituição, ao longo do tempo, passou a ter um papel um pouco diferente. No início esta casa era muito mais do que é hoje, mas isso tem que ver com a evolução da sociedade, pois não era apenas um local onde existia uma



creche e um centro de dia... Na altura esta era uma comunidade muito mais rural, que nunca foi rica, mas nesse tempo era muito mais parca em recursos e as crianças não tinham o que comer como hoje, isto sem minimizar situações complicadas que existem nos dias que correm. Então, as famílias, muitas vezes, tinham grandes carências alimentares. E esta casa, durante muitos anos, foi o único sítio onde muitas pessoas tinham a sua refeição e onde vinham

mesmo só para se alimentar. Era, o que naquele tempo se chamava a Sopa dos Pobres”, conta José Adolfo, fazendo a comparação com os dias de hoje: “Hoje, também fazemos algum apoio alimentar, mas através do FEAC [Fundo Europeu de Apoio a Carentes]”.

A verdade é que a instituição faz parte da vida de muitos habitantes do Valado de Frades, desde há muito: “Ainda hoje é muito difícil uma família que tenha um casal mais idoso, na casa



dos 80 anos, mas também na casa dos 50, que não tenha um elemento que tenha passado pelo Centro Social”.

Criada com o intuito muito específico de servir a comunidade do Valado, José Adolfo avança que hoje, a instituição faz o mesmo trabalho, mas “de uma forma um pouco diferente, porque as casas também se profissionalizam, criam as suas respostas com um apoio muito maior da Segurança Social e as coisas já não podem ser como cada um quer, já as Irmãs, antigamente, tinham uma liberdade muito maior, pois as coisas hoje são menos flexíveis e mais burocráticas”.

Olhando ao espaço e às respostas sociais que a instituição disponibiliza, impõe-se perguntar se não há a intenção de criar uma Estrutura Residencial Para Idosos (ERPI).

“Essa é uma ideia que tem passado pela cabeça dos responsáveis, mas é algo que nunca avançou. Há um projeto que continua a ser pensado. As Irmãs, quando pensaram no assunto, decidiram não avançar. Agora, este edifício onde estamos, o mais recente, tem três pisos e só um deles está a ser utilizado pelos serviços e utentes. O que quero dizer é que até existe espaço, mas essa decisão ainda não foi tomada, mas é algo que está a ser ponderado”, refere José Adolfo, reconhecendo que, a avançar, a instituição “já teria concorrência”.

“Há duas instituições que já estão no terreno, a Confraria de Nossa Senhora da Nazaré, que é bastante grande, e o Centro Social de Famalicão, que já tomou a decisão que nós ainda não tomámos e avançou para a construção de uma ERPI”, explica.

E se a ERPI é algo que poderá nascer, já o ATL é uma valência que a instituição já ponderou encerrar.

“É a única resposta social que já ponderámos deixar, porque ocupa-nos tempo e recursos e não tem muitas crianças. Para já, decidimos não o fazer a pedido dos pais. Apesar de só fazermos as pontas ao longo do ano, que asseguramos sem problema, o ATL nas férias

acolhe muito mais crianças, para além de ser uma valência com mais respostas do que, por exemplo, as do sector público, o que agrada aos pais. Já há três anos foi pensado avançar com um projeto de acompanhamento das crianças de uma forma diferente, não sendo apenas um ATL, mas mais uma ocupação de tempos livres, com autoestudo e acompanhamento escolar. No entanto, meteu-se a pandemia e não se prosseguiu, mas mesmo assim temos dúvidas que tivesse muita procura”.

Sobre o futuro, José Adolfo sustenta que, a nível de valências, “seria a construção de um lar, mas só com um possível financiamento, porque sem isso estas casas não conseguem avançar sozinhas, mas pode ser uma hipótese que não para já”.

“Agora, tentamos fazer uma coisa interessante, algo que as Irmãs fizeram ao longo de todos os anos que aqui estiveram, que é basear os nossos projetos naquelas que são as necessidades correntes. Tentar fazer com que os nossos utentes tenham um serviço mais completo e de melhor qualidade e isso passa por fazer obras nas instalações, alargá-las e criar novos espaços de lazer para os utentes. Nós apostamos muito na qualidade alimentar e, apesar do aumento dos custos com os produtos alimentares, tentamos não baixar a nossa fasquia. O nosso principal projeto é a continua melhoria dos nossos serviços, até para continuar a captar utentes para não baixarmos as frequências”, argumenta, acrescentando: “Estamos ainda, ao poucos, a implementar o projeto de modernização da instituição, algo essencial, especialmente numa instituição com 76 anos. Nesse sentido, acabámos de instalar cerca de 70 painéis solares. Basicamente, tudo fazemos para que os nossos utentes se sintam bem e se sintam felizes”.

Conhecidas as dificuldades financeiras de muitas instituições espalhadas pelo país, o Centro Social de Valado de Frades tem as contas equilibradas, apesar de “não haver folgas”.

“Esta casa o que gasta é o que recebe, ou seja, não há excesso de valor, mas no dia a dia o que se gasta é o que se recebe. Não há folgas. Por isso é que tudo fazemos para que o número de utentes se mantenha, porque um utente faz diferença, e também tentamos manter os recursos humanos motivados o suficiente para não haver absentismo. A saúde financeira da instituição, neste momento, é positiva. Não somos uma das muitas instituições, que sei que existem, que estão com graves problemas financeiros”, afirma José Adolfo, que olha a medida da Creche Feliz como positiva.

“Numa instituição que tenha famílias a procurá-la e que tenham rendimentos mais elevados faz pouca diferença. Algumas poderão até ser prejudicadas... No nosso caso não e, por isso, a Creche Feliz é muito bem-vinda, porque esta zona é mais pobre, com limitação de recursos. Agora, o facto de a Segurança Social comparticipar aquele valor de 460 euros faz com que nas crianças que tenham gratuitidade, e isso vai abranger dentro em breve toda a creche, acaba por nos dar alguma folga financeira. Como as participações familiares eram mais baixas, o Estado acaba por comparticipar um pouco mais do que se não houvesse Creche Feliz”, sustenta, encontrando ainda mais uma vantagem na medida do Estado: “Uma medida deste género permite ainda fazer uma coisa que não é fácil numa casa destas, que é abrir vagas fora do acordo, mas agora com a gratuidade já é possível. Nesse sentido, pela primeira vez, em setembro estamos a ponderar abrir mais uma sala de creche, precisamente, por causa da Creche Feliz”.

Para José Adolfo, “esta é uma excelente medida, porque os pais precisam”, contextualizando: “A oferta de creche, nesta região, está aquém da procura. Em setembro temos as salas completamente cheias. Ora, para recebermos mais crianças, teremos forçosamente que abrir mais uma sala, mas fazê-lo apenas com a participação dos pais seria impossível”.

E como seria o Valado de Frades sem o Centro Social?

“Não consigo perceber como seria. O Centro Social é uma das principais entidades empregadoras e é-o desde o início da sua existência. Historicamente, é uma referência no Valado, até porque é das instituições mais antigas. Agora, a nível social faz toda a diferença para esta comunidade, como tem feito sempre ao longo dos 76 anos de vida da instituição. Esta instituição continua a ser um suporte social para a comunidade do Valado de Frades”, remata.

PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA

Tribunal de Contas revela falhas, pouca transparência e atribuição irregular de quase 10 milhões de euros

O relatório de Tribunal de Contas (TdC), tornado público no dia 21 de julho, dizia que o Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSSS) “falhou no diagnóstico das necessidades de financiamento e o ISS falhou na operacionalização”, destacando ainda os atrasos no lançamento de avisos para as medidas.

O controlo das candidaturas aos concursos também não foi eficaz, porque não preveniu nem detetou “erros na análise e tratamento das candidaturas que comprometem a boa execução do investimento”.

O TdC detetou atrasos nos processos, incorreções e discrepância de critérios nos concursos para a Nova Geração de Equipamentos e Respostas Sociais (NGERS), financiados essencialmente pelo Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

No documento divulgado, muito crítico em relação ao Instituto da Segurança Social (ISS), o Tribunal fala mesmo, em relação a um concurso, de falta de transparência e da atribuição irregular de cerca de 9,6 milhões de euros.

O relatório refere-se à primeira fase da auditoria à NGERS, que incidiu sobre a execução até ao final de 2022, e corresponde a um investimento de 440 milhões de euros, financiado em 417 milhões de euros pelo PRR e em 23 milhões de euros por verbas

dos jogos sociais. A operacionalização e execução cabe ao ISS, até 31 de março de 2026.

No resumo do relatório, o TdC começa por dizer que o MTSSS “não demonstrou ter existido uma avaliação “ex ante” [prognóstico] das necessidades e um planeamento adequado que suportasse o desenho deste investimento”.

“As evidências [informações] recolhidas não revelam os critérios que presidiram à distribuição do financiamento disponível entre as quatro medidas e as respostas sociais que concorrem para a execução deste investimento público e ainda à definição dos objetivos, marcos, metas e prazos de execução, bem como o estudo dos impactos futuros deste investimento nas respostas sociais e na subsequente situação económico-financeira da Segurança Social”, considera o TdC no documento.

O TdC afirma também que, no final de 2022, a execução financeira do investimento foi de cerca de 6% dos 440 milhões de euros correspondentes ao total do investimento, “que se traduziram em 25 milhões de euros pagos aos beneficiários finais a título de adiantamento até ao final desse ano”, apontando que se registaram atrasos na operacionalização do investimento, em parte resultantes de adiamentos sucessivos na publicação dos Avisos de Abertura

dos Concursos, nada tendo feito o MTSSS ou a Estrutura de Missão Recuperar Portugal.

No fim do ano passado, o ISS tinha concluído a análise e contratualização dos dois primeiros concursos de investimento. O primeiro, para aquisição de 1.402 viaturas elétricas para o apoio domiciliário, foi cumprido. O segundo, para a criação e remodelação de lugares nas respostas sociais Creche, Estrutura Residencial para Pessoas Idosas, Serviço de Apoio Domiciliário e Centro de Dia, Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão e Residência Autónoma, não foi cumprido, tendo sido contratualizados 13.614 dos 20.000 lugares previstos.

Explica o TdC que no primeiro concurso houve incorreções em 350 candidaturas e que no segundo concurso houve “falta de transparência, coerência e uniformidade na análise das candidaturas, bem como incorreções que terão resultado na atribuição irregular de cerca 9,6 milhões de euros, ou seja, cerca de 4,5% dos apoios concedidos nesse concurso”.

O TdC deixa recomendações às entidades envolvidas, no sentido da revisão dos contratos em que foram identificadas irregularidades, da adoção das medidas necessárias para suprir as insuficiências identificadas e da melhoria do sistema de monitorização e controlo do investimento.



SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS
ESPECÍFICAS PARA
O SETOR SOCIAL
E UNIDADES DE
SAÚDE



**INSTITUIÇÕES MAIS EFICIENTES
E PRÓXIMAS DOS UTENTES.**

CONSULTORIA ESPECIALIZADA
EM CIBERSEGURANÇA E REGIME
JURÍDICO DA SEGURANÇA DO CIBERESPAÇO



innovatiOntrail
F3M · feel the difference

CICLO DE EVENTOS SOBRE...


CIBERSEGURANÇA


DIGITALIZAÇÃO


DESMATERIALIZAÇÃO


INOVAÇÃO

SAVE THE DATE

2023

LISBOA 28 SET	FUNCHAL 12 OUT	COIMBRA 26 OUT
ÉVORA 8 NOV	GUARDA 29 NOV	PORTO 13 DEZ

INSCREVA-SE EM
www.f3m.pt

PERGUNTA DO PAPA AOS DIRIGENTES SOCIAIS DURANTE A VISITA AO BAIRRO DA SERAFINA

“Tenho nojo da pobreza, da pobreza dos outros?”

D.R.

O Papa Francisco pediu a responsáveis de instituições sócio caritativas da Igreja que se questionem se têm nojo da pobreza, desafiando-os a sujar as mãos.

“Tenho nojo da pobreza, da pobreza dos outros?”, perguntou Francisco, no encontro com representantes de centros de assistência sócio caritativa, no Centro Social Paroquial São Vicente de Paulo, na Serafina, em Lisboa, no âmbito da Jornada Mundial da Juventude (JMJ).

Improvizando na intervenção, feita em espanhol, o líder da Igreja Católica salientou a importância de concretizar a ação caritativa.

“Não há amor abstrato, não existe. O amor platónico está na órbita, não está na realidade”, referiu, para destacar o “amor concreto, esse que suja as mãos”.

Francisco perguntou mesmo se, quando dão a mão a uma pessoa necessitada, doente ou marginal, a lavam de seguida, para não ficarem contagiadas.

O líder da Igreja Católica criticou depois as “vidas destiladas e inúteis que passam pela vida sem deixar marca, porque a sua vida não tem peso”.

“Mas aqui temos uma realidade que deixa marca, uma realidade de tantos anos, de tantos anos” que deixa inspiração, declarou, considerando que não poderia existir uma JMJ “sem ter em conta esta realidade”.

Segundo Francisco, “isto também é juventude no sentido em que gera vida nova continuamente”, pois ao sujarem as mãos com a miséria dos outros, os responsáveis estão a gerar inspiração e vida.

Agradecendo o trabalho das instituições sócio-caritativas da Igreja, pediu que sigam em frente e não desanimem.

“E se desanimarem, tomem um copo de água e sigam em frente”, acrescentou, provocando uma gargalhada na assistência.

O Papa Francisco, no encontro com representantes de centros de assistência sócio-caritativa, no Centro Social Paroquial São Vicente de Paulo, na Serafina, em Lisboa, no âmbito da Jornada Mundial da Juventude (JMJ), disse que a caridade é a origem e a meta do caminho cristão, e defendeu proximidade aos mais frágeis sem distinção.

“A caridade é a origem e a meta do caminho cristão, e a vossa presença, realidade concreta de amor em ação, ajuda-nos a não esquecer a rota, o sentido daquilo que estamos a fazer sempre”, afirmou Francisco.

O Centro Social Paroquial São Vicente de Paulo foi criado para responder às necessidades dos bairros da Liberdade e da Serafina, na freguesia de Campolide.

No discurso, em espanhol, depois de representantes do Centro Paroquial da Serafina, da Ajuda de Berço (casa de acolhimento para crianças abandonadas ou em risco) e da Associação Acreditar (de Pais e Amigos de Crianças com Cancro) terem falado sobre o trabalho destas instituições, o Papa destacou três aspetos,



“fazer o bem juntos, agir no concreto e estar próximo dos mais frágeis”.

“Juntos é a palavra-chave (...). Viver, ajudar e amar juntos: jovens e adultos, sãos e doentes, juntos”, referiu, defendendo que as pessoas não devem deixar-se “definir pela doença” ou problemas.

“Cada um de nós é um dom, um dom único, com os seus limites, mas um dom valioso e sagrado para Deus, para a comunidade cristã e para a comunidade humana. E, assim como somos, enriquecemos o conjunto e deixamo-nos enriquecer pelo conjunto”, continuou.

Depois, sobre a necessidade de agir em concreto, referiu-se ao discurso do responsável do Centro Paroquial que mencionou o Papa João XXIII, para salientar que “a Igreja não é um museu de arqueologia, alguns pensam assim, mas não é”.

“É a antiga fonte da aldeia que dá água às gerações atuais”, afirmou, explicando que “a fonte serve para matar a sede” das pessoas que fazem a viagem com o peso da vida, como aliás já estão a fazer os presentes com “o sentido prático” que habituou o povo português.

O BAIRRO DA SERAFINA

No dia 3 de Agosto, quando começou a JMJ, o cônego Francisco Crespo, responsável pelo centro social da Serafina, em Lisboa, lamentou a ausência de apoios do Estado para resolver “situações gravíssimas” que se vivem

naquele bairro, como a necessidade de requalificar habitações.

“Há muita coisa para fazer. Há casas que precisam de ser renovadas totalmente e não temos tido até agora resposta da parte da autarquia e da parte do Governo para poder dar melhores condições àqueles habitantes”, afirmou, em conferência de imprensa, Francisco Crespo.

O pároco de São Vicente de Paulo afirmou também que aquela zona da cidade precisa de ter uma resposta escolar, “pelo menos para o 1.º ciclo” do ensino básico, porque as crianças têm de apanhar um autocarro às 07:00 para irem para outra escola”.

“E há outras situações em que nós não podemos abrandar”, alertou. Segundo o responsável, os apoios são muito poucos em relação aos gastos. “Vivemos situações gravíssimas (...) Penso que há mais de 3.500 instituições espalhadas por este Portugal que estarão nas mesmas situações em que eu estou”, lamentou.

Pároco de São Vicente de Paulo, Francisco Crespo recordou o seu percurso naquele bairro desde 1977, ano em que se ofereceu para trabalhar junto daquela comunidade, tendo consciência que “não seria ser fácil”.

Atualmente, o lar para pessoas dependentes do centro dá resposta a 100 idosos,.

O centro social, disse, atende diariamente 920 pessoas com 1.200 refeições.

A visita do Papa “é uma Graça extraordinária que eu nunca, nunca na minha vida, imaginei” ser possível, referiu.

ELEUTÉRIO ALVES, ORGANIZADOR DA XVI FESTA DA SOLIDARIEDADE, EM PORTALEGRE

O objetivo é percorrer Portugal

Eleutério Alves, Vice-presidente da CNIS, não gosta de assumir a paternidade desta iniciativa que já leva 16 edições. Prefere diluir a responsabilidade e o sucesso pela direção da Confederação e em particular o presidente, Lino Maia. A verdade é que desde a primeira edição em 2007, em Lisboa, foi sempre ele a pugnar pela Festa da Solidariedade e assegurar a organização dos diferentes eventos por todo o país, Madeira e Açores incluídos.

O formato está sedimentado e agora parece ser mais simples uma vez que as Uniões distritais fazem a parte de ligação local e o trabalho de sapa com as IPSS do território onde as festas acontecem.

Este ano, em Outubro, a Chama e a Festa da Solidariedade vão instalar-se em Portalegre. É mais uma oportunidade para mostrar ao país a força solidária deste mundo social e chamar a atenção do governo para o cumprimento das suas responsabilidades para com este sector.

A XVI Festa da Solidariedade vai ser em Portalegre. Já não faltam muitos distritos para a volta a Portugal...

Todos os anos é escolhido um distrito diferente para que a Festa possa acontecer em todo o país, e se possível, ir variando a região. A XV festa aconteceu no Norte, em Viana do Castelo, este ano será mais a sul, em Portalegre, por candidatura da União distrital. Portalegre integra uma região de baixa densidade populacional, com promotores sociais com muito relevo e esta candidatura foi aceite com muita satisfação como homenagem a todos os que fazem parte do universo solidário do Alentejo.

Com esta iniciativa pretendemos dar mais vida ao Alentejo e garantir que, durante algum tempo, Portalegre será a capital da solidariedade.

O formato das duas iniciativas (Chama e Festa) vai manter-se?

A XVI Festa vai ter um formato semelhante a muitas outras já realizadas. De 9 a 13 de Outubro decorrerá a Chama da Solidariedade que vai percorrer todos os concelhos do distrito, chegando dia 13 à noite à cidade de Portalegre onde será recebida pelo executivo municipal. No dia 14 de Outubro, a Festa terá duas partes: uma de animação produzida pelas IPSS presentes e uma outra institucional, que contará com a presença de um representante do Governo, Presidente da CNIS, Presidente da Câmara Municipal e outras entidades de relevo institucional e que coincidirá com a chegada da Chama ao recinto da Festa. O programa é todo ele preenchido com atividades das IPSS de toda a região que nesses dias saem à rua nos seus concelhos, mostram as boas práticas da sua missão quer



com atividades de animação de rua, quer com mostras em stands colocados para o efeito no recinto da Festa. Interação com a população, dão-se a conhecer melhor e aproveitam esta semana para partilhar culturas e saberes, trocar experiências e agradecer às comunidades o apoio que recebem destas.

Qual a importância desta iniciativa para a CNIS e para o país neste momento de alguma indefinição face à importância do sector social?

Um dos objetivos da missão da CNIS é o de promover e defender os interesses das IPSS. Esta Festa e o percurso associado são uma das formas que a CNIS desenvolve para dar a conhecer os valores e os princípios que as IPSS devem assumir e promover na prestação dos cuidados que constituem a sua missão. E numa altura em que as IPSS passam por momentos muito difíceis, de incerteza quanto ao seu futuro, mais importante é chamar a atenção de todos para esta realidade que é o sector social solidário e os seus agentes. Se estas instituições falharem, e isso pode acontecer, as comunidades empobrecem, os cidadãos ficam sem apoio, sem ajuda, perdem qualidade de vida e dignidade. Ao longo destes dias e no dia da Festa, a CNIS e as suas associadas farão passar essa mensagem no sentido de sensibilizar todos, governo, autarquias e comunidade para a necessidade de desenvolver estratégias em parceria para dar consistência e suporte a estas instituições de modo que possam continuar a fazer aquilo que melhor sabem fazer: Fazer o Bem.

A Chama da Solidariedade, que integra

este evento, que percurso vai percorrer?

A Chama vai percorrer todos os concelhos do distrito. Vai percorrer três concelhos por dia, com atividades promovidas pelas IPSS e autarquias em cada concelho, trazendo para a rua toda a sua riqueza humana e cultural.

A chama da solidariedade continua acesa?...

Em todo o país, tenho a certeza disso. A Chama da Solidariedade é uma forma de levar a todos os concelhos um abraço solidário da CNIS e das IPSS às diferentes comunidades que fazem um trabalho notável. Pretendemos, com a iniciativa, criar oportunidades de partilha daquilo que muitas vezes está escondido ao longo do ano. Criar um ambiente de Festa e de alegria em cada concelho mostrando a todos a nossa capacidade de desenvolver social, cultural e economicamente, cidadãos e famílias. Envolvendo as autarquias nesta passagem da Chama, também elas ficam mais sensibilizadas para o trabalho conjunto que é necessário desenvolver.

A autarquia de Portalegre e as IPSS do distrito estão a cooperar, como de costume, na iniciativa?

Neste tempo de preparação da Festa foi motivador e agradável ver como a Câmara Municipal de Portalegre, pela voz da sua Presidente a quem apresentámos a atividade, se disponibilizou para apoiar a iniciativa. É bom sentir que as autarquias percebem a importância do sector solidário e apoiam as suas iniciativas. A União distrital das IPSS vai reunir com todas as Câmaras do distrito

e chegar até onde for possível

para que a Chama cumpra também a sua missão em cada concelho.

Contam com participação de IPSS de todo o país?

Estamos em tempos de contenção financeira, as IPSS estão a passar dificuldades, mas acredito que a mobilização para a Festa seja interessante, não só a nível do distrito mas também a nível nacional, pois esse é um dos grandes objetivos da Festa.

Quem vai à Festa em representação do Estado?

Como sempre aconteceu ao longo das 15 edições, incluindo Açores e Madeira, o governo esteve sempre presente. Também este ano aguardamos essa presença porquanto isso será um sinal muito evidente do reconhecimento do sector e da nossa missão.

Qual vai ser a animação?

Ao longo da semana e no percurso da Chama a animação será produzida pelas instituições de cada concelho. Na chegada a Portalegre dia 13 à noite haverá animação apoiada pelo município e no dia da Festa a animação será da responsabilidade das IPSS presentes na Festa.

Que mensagem pretende transmitir a CNIS com estes eventos anuais?

Uma mensagem de esperança e de confiança no sentido de que as IPSS não se rendem às adversidades. Já passaram muitos maus momentos e ergueram-se sempre com o apoio das famílias e da comunidade. Nas IPSS nem dirigentes nem trabalhadores conhecem o desalento ou desânimo e estes últimos anos mostraram essa força do sector solidário. Mas, ao mesmo tempo, uma mensagem de desencanto pela falta de reconhecimento que muitos responsáveis de diferentes áreas de atividade, têm mostrado pelo sector e que leva a que algumas IPSS não possam por vezes responder à sua missão, com a qualidade que desejavam e as populações merecem.

Esta é uma iniciativa que tem, desde o início, a sua assinatura. Já não falta muito para completar a volta a Portugal. Esse é o objetivo?

Não é verdade, esta iniciativa é da CNIS, da sua direção, da vontade e do querer do nosso Presidente Padre Lino Maia, que desde a primeira edição sempre acreditou na relevância da Festa e da Chama da Solidariedade como forma de promover os interesses do sector, defendê-lo e aproximá-lo dos seus destinatários que são as pessoas e as famílias. O objetivo é percorrer Portugal, iremos até onde for possível.

15 FESTAS DA SOLIDARIEDADE

Só a Covid interrompeu a iniciativa anual da CNIS

A primeira Festa da Solidariedade aconteceu em 29 de Setembro de 2007, em **Lisboa**, na Quinta da Bela Vista. Perto de cinco mil pessoas participaram, no evento que se transformou numa tradição do Sector Social Solidário.

No ano seguinte a festa mudou-se para **Barcelos**. No dia 27 de Setembro de 2008, milhares de pessoas, entre as quais, dirigentes, funcionários, utentes, familiares e amigos das IPSS, estiveram no Campo da Feira para um dia de convívio, fraternidade e animação com exposições amadoras apresentadas por idosos, reformados, deficientes, jovens e crianças.

A 19 de Setembro de 2009, a festa chegou a **Viseu**. Participaram alguns milhares de pessoas, representando cerca de 100 IPSS.

Castelo Branco cumpriu a tradição em 25 de Setembro de 2010. Nas Docas, o ambiente foi de festa, convívio, partilha de experiências entre dirigentes, funcionários, utentes e familiares das IPSS de todo o país. Mais uma vez a Festa cumpriu os objetivos. E a Chama também.

Em 2011, no CNEMA, em **Santarém**, a Festa mudou de figurino e de datas. Em vez do verão realizou-se nos dias 20 e 21 de Maio. A Festa prolongou-se por dois dias e incluiu o encerramento do congresso “Rumo Solidário para Portugal” que decorreu em paralelo.

Em 2012, no dia 6 de Outubro decorreu em **Faro**, no Jardim Manuel Bivar, o encontro anual de representantes das Instituições Particulares de Solidariedade Social. Foi a sexta edição da iniciativa anual da CNIS.

Depois do extremo sul de Portugal, a Festa da Solidariedade volta a subir no mapa e se-deou-se, em 2013, na cidade mais alta de Portugal: a **Guarda**, no Parque da Cidade.

A oitava edição ocorreu nos dias 06 e 07 de Junho de 2014, no **Porto**. O Congresso “Solidariedade: Novos Caminhos, Valores de Sempre” foi a principal novidade da Festa da Solidariedade.

Em 2015, a organização da Festa da Solidariedade escolheu em **Évora**, na Praça do Giraldo, no dia 12 de Setembro.

Pelo décimo ano consecutivo, em 2016, a CNIS promoveu a X Festa da Solidariedade em **Coimbra**, onde marcaram presença, para além de muitos dirigentes da CNIS e do poder político, muitas IPSS de norte a sul do País. Na Praça do Comércio, decorreu o convívio e partilha entre as instituições sociais do país, envolvendo a participação de mais de duas



centenas de instituições, muitas delas oriundas do distrito de Coimbra, mas também do resto do país.

Em 2017 a Festa atravessou pela primeira vez o oceano e viajou até à **Madeira**. Nos dias 1 e 2 de Junho, de 2017, a XI Festa da Solidariedade decorreu na Região Autónoma da Madeira com inúmeras representações de IPSS do Continente que marcaram a sua presença.

Setúbal foi a cidade escolhida para receber a edição 2018 da Festa da Solidariedade, no dia 9 de junho, na Praça José Afonso.

A XIII Festa da Solidariedade tomou conta da praça do município de Vila Real no dia 7 de junho de 2019, recebendo a Chama que calcorreou o distrito durante um mês. O seminário «Garantir os valores com sustentabilidade financeira - Desafios para as Instituições» preencheu a manhã e a animação de palco, com a participação de várias IPSS, tomou a tarde e o princípio da noite.

E em 2020 a pandemia de Covid-19 interrompeu o curso de edições da Festa da Solidariedade. A 14ª edição teve de ser adiada um ano para a sua realização em segurança. Teve lugar nos **Açores**, no mês de outubro, de 6 a 9, de 2021, nas Ilhas de S. Miguel e na Terceira. O Governo Regional e os presidentes das Câmaras de Ponta Delgada, Angra do Heroísmo e Praia Vitória acolheram de braços abertos e de forma segura a iniciativa solidária.

De regresso ao continente foi a cidade de **Viana do Castelo** a receber, no dia 24 de setembro de 2022, a XV Festa da Solidariedade, no Jardim da Marginal de Viana do Castelo, dando prioridade aos momentos de partilha entre as IPSS e a comunidade e, usando a alegria como traço dominante no evento.

Em 2023 é a vez de **Portalegre**.

PAULO PEDROSO*Membro da Direção do CoLABOR
e Professor no ISCTE*

A visita e a viagem

Nas próximas décadas as nossas sociedades serão mais multigeracionais do que nunca. Uma proporção cada vez maior da população viverá mais de cem anos. As próximas gerações viverão em sociedades em que coexistirão quatro, mesmo cinco, gerações.

Se não mudarmos radicalmente os atuais dinâmismos demográficos, a geração mais nova terá uma dimensão escassa face às mais velhas e, porque não atingimos ainda o ponto de conseguirmos envelhecer saudáveis, uma parte das gerações mais idosas, terá doenças crônicas incapacitantes e limitações físicas significativas, na mobilidade, na audição, na visão. Uma pequena parte, embora crescente, sofrerá de demências.

Tudo isto é conhecido, continua a ser investigado e constitui desafios ao modo como nos organizamos enquanto sociedade.

Se é abundante a investigação sobre o envelhecimento e a nossa saúde física, é surpreendentemente escasso o conhecimento e a investigação sobre a componente da nossa saúde mental que deriva do nosso bem-estar subjetivo, nomeadamente na velhice, embora esteja já estabelecido que o sofrimento afeta a nossa saúde global.

O isolamento social e a solidão é uma das dimensões identificadas de sofrimento na velhice, embora não seja exclusiva dessa idade da vida.

O Papa Francisco, dias antes das Jornadas Mundiais da Juventude, pediu aos jovens para, antes de partirem em viagem, visitarem os avós ou um idoso que estivesse sozinho. Esta mensagem do Santo Padre replica o sentido de outras suas intervenções anteriores, em que reflete sobre a intergeracionalidade.

Em diversas ocasiões o Papa tem falado sobre a aliança das idades da vida ¹ ligando o futuro dos jovens aos sonhos dos idosos. Na visão do Papa a transmissão dos sonhos e das experiências de vida dos idosos ajuda os jovens a ter projeto e confiança nas suas vidas, assumindo e prosseguindo-os.

Mas sabemos que escasseiam os canais para a interação geracional que o Papa exortou os jovens católicos a praticar. A evidência aponta para o crescimento da solidão e isolamento social dos velhos. A morte de um dos companheiros de vida, as migrações a longa distância, a reorganização das dinâmicas familiares e muitos outros fatores convergem para que as visitas que o Papa pede rareiem.

Entre os que diagnosticam este problema há quem tenha visões que assentam em pressupostos errados para a sua ultrapassagem.

Encontra-se por vezes quem culpe a emancipação das mulheres, a igualdade de género e o combate à família patriarcal por esta quebra. Como se a intergeracionalidade devesse ser assegurada pela existência de uma pessoa – quase sempre uma mulher – que abdicasse da sua realização individual para ser guardiã da harmonia coletiva familiar.

Há também quem pense esta questão como um tema exclusivamente das famílias, um problema da vida privada e que apenas dentro dela deve ser resolvido. Para estes há um dever familiar – que não se nega – de convívio, mas que ocupa todo o espaço da organização social para a intergeracionalidade.

Estas visões não nos conduzem ao futuro. Hoje, muitos velhos confessam, quando inquiridos não ter sonhos nem projetos de vida. E não creio que devamos culpar as suas filhas e netas, ou a sua família próxima por isso. Embora devamos ao máximo encorajar o diálogo intergeracional dentro das famílias, que tem um contributo preciosos.

Precisamos de imaginar novas formas de trazer os idosos à vida social. Num belo texto de há algumas décadas sobre o envelhecimento, António Teixeira Fernandes, recentemente falecido, falava da última morte em vida como sendo a morte como apagamento. O momento em que se negocia a dependência e se perde contacto social, que culminaria um processo de

afastamento da vida social que começa com a reforma, que retira aos velhos um lugar social e continua com a decrepitude, que isola da vida social ²

Para contrariar essa tendência é necessário termos uma sociedade do cuidado. Aqui não falo dos cuidados no sentido dos serviços a pessoas com limitações, mas de cuidar como relação social.

A atenção ao outro, o cuidado, é essencial ao estabelecimento de uma relação social. É nesse âmbito que me tocou o apelo do Papa aos jovens que partiam de todo o mundo para Portugal e Lisboa para irem primeiro visitar os avós e os idosos. A visita é um ato de cuidado e expressa a vontade de convívio e a procura do encontro. Não é claro, de acordo com a investigação, que as visitas sejam eficazes no combate à solidão e ao isolamento social e há mesmo quem mostre evidências de que são mais eficazes para esse efeito os programas organizados, com atividades estruturadas e objetivos identificados. Mas o apelo do Papa à visita estende-se a todo o tipo de visita. É uma metáfora para o pedido de encontro entre gerações. Algo que não tem a ver com o cuidado dos corpos e das doenças físicas, mas com a manutenção daquilo a que os sociólogos gostam de chamar o laço social. É na reconstrução de laços sociais que os jovens de hoje podem ser fulcrais na resolução desta questão que não criaram mas herdaram de sociedades preparadas para um envelhecimento de curta duração face ao atual e, mais ainda, ao futuro.

A quem tem poder cabe pensar como pode ajudar as pessoas a encontrarem-se, como pode promover o sentimento de cuidado e o espírito da visita para além do despertar individual para elas.

José Saramago escreveu uma vez e a Fundação com o seu nome recordou-o durante as jornadas mundiais da juventude que “a felicidade, fique o leitor sabendo, tem muitos rostos. Viajar é, provavelmente, um deles”. Visitar será, certamente, um outro.

¹ [Acessível, por exemplo, em <https://ihu.unisinos.br/categorias/616487-o-futuro-dos-jovens-sao-os-sonhos-dos-idosos-catequese-do-papa-francisco/>]

² [António Teixeira Fernandes analisava esta questão num quadro de transformação da vida familiar que creio que não esgota a questão, mas a sua descrição do envelhecimento e dos desafios que levanta continua a ser, penso, um guia para entender e abordar o envelhecimento. Disponível em <https://ojs.letras.up.pt/index.php/Sociologia/article/view/2390>]

HENRIQUE RODRIGUES

Presidente do Centro Social de Ermesinde



“Aquela cativa/que me tem cativo...”

1 – Por estes dias, o Ministro das Finanças, Fernando Medina, veio dar-nos a boa notícia de que o Orçamento de Estado para 2024, actualmente em preparação, abandonará a prática das cativações.

Essa decisão marca uma ruptura, com a prática seguida desde há vários anos, prática que se tem traduzido no aprisionamento no Ministério das Finanças de uma determinada percentagem do Orçamento de cada um dos departamentos governamentais pelos quais gira a despesa pública, e que, não obstante se encontrar afecta a cada um dos Ministérios, não pode ser gasta sem autorização do Ministério das Finanças. – que, em aproximadamente metade dos casos, não a tem dado.

(Segundo o “Público” de hoje, 6 de Agosto, a partir de dados da Direcção-Geral do Orçamento, o total de cativações em 2022 que não foi gasto foi de 444 milhões de euros; e o total das cativações estabelecido para 2023 é de 1.242 milhões de euros.)

É o que já Salazar designava por “ditadura do Ministério das Finanças” – e consiste na ideia de que aos Ministérios fuge a mão para a despesa e de que, para obviar a essa pulsão gastadora, é mister uma mão firme que assegure uma poupança forçada dos recursos públicos.

(Ao fim e ao cabo, mais uma manifestação do centralismo que é um dos nossos males endémicos.)

Foi também graças às cativações que Mário Centeno, enquanto Ministro das Finanças, seguido de João Leão, no seu curto mandato, lograram apresentar, na frente externa, e designadamente perante as autoridades europeias, a boa performance macroeconómica, que permitiu ao País reduzir substancialmente a dívida externa e, em consequência, reduzir a factura dos juros associados a essa dívida e melhorar o rating.

O que não foi gasto, foi entregue para amortização da dívida – deixando por satisfazer as necessidades para cuja provisão o Orçamento deixara prevista a verba global. Sem cativações.

Na verdade, o mesmo dinheiro não dá para pagar, ao mesmo tempo, duas coisas diferentes: a dívida e as despesas orçamentadas.

Como já aqui tive ocasião de referir, depois do estado de insolvência em que nos deixou o Governo de José Sócrates, que teve de chamar a intervenção da troika e que implicou um longo período de austeridade, não havia alternativa senão poupar à força.

O que distinguiu a poupança à força de Passos Coelho da de António Costa foi mais ao nível do discurso do que das políticas: enquanto Vítor Gaspar nos anunciava um “brutal

aumento de impostos”, sugerindo que a culpa era nossa, dos portugueses em geral, que tínhamos vivido acima das nossas possibilidades, Mário Centeno actuou com luvas de veludo, de mansinho: quase não se dando conta, mas cortando na despesa com idêntico vigor.

É por isso que há muita gente que defende que com o primeiro Governo de António Costa não houve verdadeiramente um virar de página de austeridade.

A austeridade manteve-se; o que mudou foi o estilo – para melhor, convenhamos.

2 – “Cativar” é uma palavra polissémica: tanto pode significar “aprisionar” – como é o caso das cativações orçamentais –, como pode significar “encantar”.

As cativações de Centeno obedeceram a esse duplo sentido: foram o aprisionamento de dotações orçamentais – e “cativações”, por essa razão; e, ao mesmo tempo (e para manter o registo camoniano ...) fomos tocados pelo encantamento, “naquele engano d’alma, ledo e cego, / que a fortuna não deixa durar muito”.

É mais ou menos consensual que, assim como as águas do rio não passam duas vezes debaixo da mesma ponte, as verbas que serviram para reduzir a dívida não servem depois para pagar despesa.

O que já suscita divergências é saber se tal redução da dívida, – ou, para utilizar a fórmula de António Costa, Mário Centeno e Fernando Medina, a política das “contas certas” – tinha ou não alternativa.

Como já aqui referi há algum tempo, prefiro que o País honre os seus compromissos e não seja caloteiro.

Mas, como em tudo, é uma questão de ritmo e de medida.

Ora, parece também consensual a avaliação de que, relativamente a algumas cativações, melhor fora que o não tivessem sido.

A poupança forçada – e não só no que respeita às cativações – foi porventura mais extensa do que o que devia.

A crise de funcionamento de alguns serviços públicos provém, em grande medida, da escassez de investimento por parte do Estado nos anos mais recentes.

Para só falar dos sectores a que recentemente se referiu o Presidente da República, numa advertência ao Governo, a Saúde e a Educação atravessam tempos difíceis.

E, para os resolver, é mister gastar dinheiro.

Os investimentos do PRR, designadamente no reforço das Unidades de Saúde e no alargamento do âmbito da Medicina Familiar, tardam

em ver a luz do dia – e cada vez mais retardam consultas e cirurgias para quem as aguarda há meses ou anos.

E a luta dos professores ameaça o desenvolvimento do próximo ano lectivo, dando sequência a dois anos de aprendizagens mais precárias, devidas, quer a essa luta, quer à perturbação dos ritmos próprios do meio escolar, provocado pela pandemia.

3 – Fernando Medina só acaba com as cativações porque não precisa delas para as “contas certas”.

A inflação veio dar uma folga ao Governo de que ele não estava à espera.

O volume da receita fiscal aumentou como no tempo da troika, devido à valorização dos salários e ao aumento do IVA sobre os gastos com alimentação e energia.

Prevê-se saldo positivo na execução do Orçamento para 2023 – e o mesmo para 2024.

Esse saldo terá o papel estabilizador que era assegurado pelas cativações passadas.

Dará para continuar a amortização da dívida e para se aproximar da satisfação das necessidades essenciais, correspondentes aos direitos sociais universais – que têm ficado para trás.

O Governo terá é de tentar a dose para os vários males.

Como se referiu, o Presidente da República elegeu a Saúde e a Educação como credores da atenção do Governo, no tempo imediato.

Mas também a Protecção Social constitui um direito universal: “a cada um segundo as suas necessidades”.

Acresce que a Administração não tem apenas compromissos externos.

Também celebra contratos com os cidadãos e as suas organizações.

Estes compromissos na frente interna são tão sagrados como os outros, perante os credores externos.

Os cidadãos também são credores.

Com a folga orçamental para 2023 e 2024 não haverá pretexto para deixar de cumprir finalmente o Compromisso do Pacto de Cooperação para a Solidariedade Social, assinado em 2021, da comparticipação pública equitativa nas despesas de funcionamento das respostas sociais.

O Pacto não pode ser só para “cativar” pela linguagem, “naquele engano d’alma”.

Nem vale “cativar” para guardar no cofre!

CÁRITAS DIOCESANA DE COIMBRA

Manuel Antunes reconduzido na presidência da instituição

Os novos elementos da Direção da Cáritas Diocesana de Coimbra tomaram posse, numa cerimónia que decorreu no auditório da sede da instituição, que estava lotado com colaboradores e ainda dos membros do Conselho Fiscal.

D. Virgílio Antunes, Bispo de Coimbra, deu posse à nova Direção, composta por Manuel Antunes (presidente), Mafalda Barbosa (secretária), Liliana Pimentel (tesoureira), João Casaleiro e João Rebelo (vogais).

Manuel Antunes foi assim reconduzido na presidência, dando continuidade ao trabalho que tem vindo a desenvolver nos últimos anos.

Nas palavras que dirigiu aos presentes, Manuel Antunes agradeceu a confiança de todos os recém-empossados, que aceitaram o convite para fazer parte da nova equipa de gestão, e aproveitou a ocasião para lembrar e agradecer a colaboração e dinamismo dos elementos cessantes.

“Estamos aqui para dar continuidade à vida da Cáritas Diocesana de Coimbra, um valor muito acima de nós”, referiu.

Num momento tão importante para a instituição, Manuel Antunes não deixou de agradecer a todos os colaboradores a dedicação e empenho com que exercem as suas funções.

Por seu turno, D. Virgílio Antunes reforçou a sua confiança no presidente, agradecendo a dedicação, a paixão e o entusiasmo com que tem exercido as suas funções. Depois, felicitou os novos membros da Direção, desejando-lhes os maiores sucessos, expressando ainda a sua gratidão aos elementos cessantes pelo trabalho desempenhado. O Bispo de Coimbra sublinhou a experiência e competência dos novos membros da Direção, acrescentando que serão uma mais-valia para a gestão da instituição.

“São novos olhares! Estamos na companhia das pessoas adequadas para este serviço”, disse.

VALUECARE

Por outro lado, a Cáritas de Coimbra está a recrutar Assistentes de Pesquisa Voluntários, para fazerem parte do piloto do projeto ValueCare, financiado pelo programa Horizonte 2020 da União Europeia.

A experiência terá a duração de cerca de um mês e, no final, será emitido em Certificado de Participação no Projeto Europeu ValueCare.

O envelhecimento ativo, autónomo e saudável é um dos desafios decorrentes da evolução demográfica da Europa. Consciente deste panorama, a Cáritas de Coimbra tem procurado formas de melhorar a qualidade de vida das pessoas mais velhas, bem como dos seus cuidadores. Recentemente, a instituição integrou



o consórcio do projeto europeu ValueCare, que visa a prestação de serviços de cuidados (sociais e de saúde) integrados e personalizados às pessoas mais velhas e seus cuidadores, tendo como suporte aplicações digitais para o bem-estar.

A solução ValueCare está a ser testada em sete países europeus, sendo a Cáritas de Coimbra a entidade responsável pelo piloto que está a decorrer em Portugal e que envolve centenas de participantes, entre pessoas mais velhas e seus cuidadores e profissionais.

Nesta fase, a Cáritas está a recrutar Assistentes de Pesquisa Voluntários para integrarem a equipa técnica do piloto português, que se destina, preferencialmente, a pessoas das áreas das Ciências Sociais ou das Ciências da Saúde, com experiência em pesquisa de campo (aplicação de questionários e entrevistas) com grupos vulneráveis, especialmente pessoas mais velhas. No entanto, pessoas de outras áreas que estejam interessadas também podem ser consideradas, sendo que ter nível básico de inglês, principalmente para a leitura, é uma mais-valia.

O que se pretende destes assistentes é que façam o acompanhamento individualizado das pessoas mais velhas participantes. Para tal, os assistentes de pesquisa voluntários deverão mostrar o questionário que foi aplicado no início do projeto e explicar qual foi o resultado obtido; discutir o cumprimento do Plano Semanal (objetivos semanais nas áreas Bem-estar emocional, Socialização e Bem-estar físico), feito com base nos resultados obtidos no questionário inicial; e, por fim, aplicar o questionário intercalar.

O local para desenvolverem as ações é a sede da Cáritas Diocesana de Coimbra e as suas valências.



O piloto do projeto tem a duração de cerca de um mês (entre agosto e setembro 2023), sendo que os dias e horários serão discutidos posteriormente. No entanto, os interessados poderão já considerar a última semana de agosto (entre 28 de agosto e 1 de setembro) como o período de apresentações gerais e atividades preparatórias na sede da Cáritas de Coimbra, e as semanas seguintes, de contacto com os participantes e arquivamento de dados. As atividades deverão ser cumpridas dentro do horário de funcionamento das respostas sociais, portanto das 9h00 às 18h00, de segunda-feira a sexta-feira.

Aos interessados serão oferecidas sessões preparatórias em temas relevantes para as atividades pretendidas, nomeadamente em Gestão de Projetos, Ética e Comunicação Inclusiva e Métodos de Pesquisa Prática (com enfoque no projeto ValueCare).

A alimentação (almoço) e os transportes (entre a sede as outras valências da Cáritas de Coimbra) serão fornecidos sempre que as atividades estabelecidas assim necessitem.

As pessoas interessadas devem candidatar-se até dia 14 de agosto, através do preenchimento do formulário disponível no sítio da Cáritas Diocesana de Coimbra na internet.

ASSOCIAÇÃO BAGOS D'OURO, PORTO

Campanha de angariação de fundos para encher as mochilas de material escolar, sonhos e inclusão

A Associação Bagos D'Ouro lançou uma campanha de angariação de material escolar para as crianças que apoia e espera a colaboração de todos.

“Na verdade, o acesso aos materiais indispensáveis para regressar às aulas ainda não é uma realidade para todos! Por isso, os nossos Bagos D'Ouro precisam de ajuda para encher a mochila para o novo ano letivo que arranca já em setembro. Não é apenas sobre material escolar. É sobre encher a mochila de Sonhos. Educação. Conhecimento. Oportunidades. Inclusão”, lê-se na nota divulgada pela instituição duriense.

O objetivo é garantir que as crianças e jovens apoiados pela Associação regressam às aulas com todas as condições, pelo que, após o levantamento das necessidades existentes em função



do ano de escolaridade, os interessados podem consultar a lista total do 'que é preciso no sítio da Bagos D'Ouro na internet.

Quem quiser ajudar pode fazê-lo com o valor que desejar, mas há, desde logo, materiais já com valor atribuído: Lápis de grafite + 12 lápis de cor + 1 afia com depósito=5€; 12 marcadores de feltro + 1 estojo retangular=10€; 1 capa A4 lombada larga + 2 resmas papel A4 (pautado, quadriculado) + 12 lápis de cor + marcadores de feltro + 1 estojo retangular=20€; 1 mochila=30€.

Para quem quiser doar outras quantias de dinheiro pode fazê-lo da forma mais simples, prática e no valor que quiser: diretamente na Angariação de Fundos do Facebook ou Instagram; MB Way 964 844 120; ou ainda por transferência bancária: IBAN PT50 0010 0000 47417950001 95.

SOCIEDADE CIVIL PROMOVE AJUDA FINANCEIRA ÀS IPSS

Competição de surf feminino e festival de música angariam receitas para doar a instituições sociais

O grande trabalho social que as IPSS espalhadas por todo o país desenvolvem continua a ser reconhecido pela sociedade civil e, amiúde, surgem iniciativas e eventos que à sua dimensão tentam apoiar esse trabalho junto das populações mais vulneráveis.

É o caso do evento desportivo Miss Quebramar Cup, em Ílhavo, e do festival de música Luna Fest, em Coimbra.

Como já vem sendo habitual nos últimos anos, a Miss Quebramar Cup, competição de surf exclusivamente feminina, que se realiza na praia da Costa Nova, em Ílhavo, e é organizada pela Associação de Surf de Aveiro (ASA), converte as ondas surfadas pelas atletas em euros, que revertem para o Lar do Divino Salvador, um lar para vítimas de violência doméstica e mães solteiras, pertença da IPSS Património dos Pobres de Ílhavo.

Na 19ª edição do campeonato mais perfumado do surf nacional, a organização doou àquela instituição 213 euros, em mais uma iniciativa que a ASA denomina de «Onda Solidária».

Já o festival Luna Fest, que decorrerá em Coimbra, de 16 a 20 de agosto, nesta edição de estreia atribuiu um conjunto de bilhetes à Associação de Paralisia Cerebral de Coimbra (APCC), que os pôs à venda ao preço unitário de 100 euros, sendo que a totalidade da receita reverte para a instituição.

A receita angariada será dedicada à melhoria concreta dos serviços prestados e do trabalho diário junto de milhares de utentes e das suas famílias.

Para além disto, o festival dá ainda palco ao



grupo mais mediático da APCC, o 5ª Punkada, grupo punk-rock formado por utentes da instituição, que assim conviverá com nomes grandes da cena musical mundial, como John Cale, The Damned, Gang of Four, Buzzcocks, A Certain Ratio ou The Undertones.

ROCK IN RIO FEBRAS

Por outro lado, e aproveitando a grande dinâmica que os festivais de música conseguem imprimir às localidades onde se realizam, a Casa do Povo de Briteiros, em Guimarães, decidiu avançar em 2022 com a realização de um festival, de entrada gratuita e com as receitas da venda de bebidas e comidas a reverterem para a IPSS da freguesia de Briteiros S. Salvador.

Fruto da polémica criada em torno do nome – com o Golias Rock In Rio Lisboa a ameaçar a organização de um processo judicial caso não alterassem o nome, o que foi feito, passando, então, a chamar provisoriamente, O Festival Rock que acontece perto do Rio Febras –, o festival foi

«invadido» por cerca de cinco mil pessoas.

Na primeira edição do Rock in Rio Febras, realizada em 2022, passaram pelo recinto cerca de 1.500 pessoas ao longo de todo o dia. Por isso, a organização faz um “balanço muito positivo” do evento, revelando que, tanto das bandas como dos festivaleiros, receberam “um ‘feedback’ muito bom”, afirmou Vasco Marques, presidente da IPSS de Briteiros.

Este ano, dos quatro mil passes online gratuitos que esgotaram em poucas horas, Vasco Marques adiantou que 85% dessas reservas foram trocadas no local por pulseiras, mas, sublinhou, sem bilhete apareceu mais de um milhar de pessoas para assistir ao festival.

Quanto à receita, que servirá para fins sociais ligados à Casa do Povo de Briteiros, “foi muito superior à do ano passado”, mas a organização lembra que as despesas e os custos inerentes a um evento desta dimensão também são muito superiores.

Vasco Marques explicou que houve a necessidade de, em três semanas, contratar “uma série de serviços e de coisas” que não estavam previstas, sublinhando que o pouco tempo que tiveram para solucionar várias questões fez com que os custos também aumentassem.

“A única coisa que ficou abaixo das nossas expectativas foi o lucro final. Não por causa da receita, mas por causa de uma série de custos inerentes à organização, em tão pouco tempo. Falamos de segurança, casas de banho, planos de emergência e de segurança. Não estava previsto. São dores de crescimento”, assumiu o presidente da Casa do Povo de Briteiros, responsável pela organização.



Servimos bem-estar.

TRIVALOR

SOLUÇÕES ESPECIALIZADAS PARA O SETOR SOCIAL

Na Trivalor, a nossa vocação é fazer o melhor pela sua organização.

Melhore a qualidade dos seus serviços e aumente a eficiência dos seus recursos, recorrendo a um parceiro de excelência na prestação de serviços em *outsourcing*.



GESTÃO
INTEGRADA DE
SERVIÇOS



SERVIÇOS
PARTILHADOS



RESTAURAÇÃO
COLETIVA



RESTAURAÇÃO
PÚBLICA E
CATERING DE
EVENTOS



VENDING



REPRESENTAÇÕES
E LOGÍSTICA



PRODUÇÃO
ALIMENTAR



SEGURANÇA
HUMANA E
ELETRÓNICA



LIMPEZA



BENEFÍCIOS E
INCENTIVOS



TRABALHO
TEMPORÁRIO E
OUTSOURCING

 WWW.TRIVALOR.PT

 [LINKEDIN/COMPANY/TRIVALOR-SGPS-SA](https://www.linkedin.com/company/trivalor-sgps-sa)

RUA DA GARAGEM, Nº 10 · 2790-078 CARNAXIDE
TELEF.: 210 420 005 / 210 420 808
FAX.: 210 420 098 / 214 249 488
E-MAIL: TRIVALOR@TRIVALOR.PT

CONHEÇA-NOS MELHOR

CONTACTE-NOS

CÂMARA DE LISBOA

Durante um ano mais de 90 mil pessoas usufruíram de transportes gratuitos

Mais de 90 mil pessoas usufruem atualmente dos transportes públicos gratuitos para residentes até aos 23 anos e idosos em Lisboa, relevou a Câmara, no dia em que se assinala um ano de entrada em vigor daquela medida.

“Os passes gratuitos dos transportes públicos urbanos da Carris, Metropolitano e CP contam já com 90.554 adesões”, precisou a autarquia num comunicado.

Citado na nota, o presidente da Câmara de Lisboa, Carlos Moedas (PSD), disse que essas mais de 90.000 pessoas “equivalem a cerca de 16% da população” e congratulou-se com o alcance daquela que considera ser “uma das medidas mais importantes” do mandato.

“Lisboa é das poucas cidades na Europa

que têm transportes públicos gratuitos. Com esta medida, que não terá recuo, queremos dar um sinal muito claro de que estamos no sentido da descarbonização e de uma cidade mais limpa”, acrescentou.

Para assinalar este primeiro ano, o presidente da Câmara entregou um passe gratuito a uma munícipe com 91 anos.

Esta medida foi uma das principais bandeiras da coligação Novos Tempos (PSD/CDS-PP/MPT/PPM/Aliança) durante a campanha eleitoral para as autárquicas de 2021.

O acordo entre a Câmara de Lisboa e a Transportes Metropolitanos de Lisboa, a empresa que gere os transportes na Área Metropolitana de Lisboa, permite o uso gratuito de transportes públicos aos residentes em Lisboa com idades superior a 65 anos,

jovens até aos 18 anos ou estudantes do ensino superior até aos 23 anos, exceto nos casos de licenciaturas em medicina e em arquitetura, em que os passes são gratuitos até aos 24 anos.

Em todos os casos é necessário ter residência fiscal em Lisboa.

A medida insere-se nas metas da sustentabilidade ambiental, no combate às alterações climáticas e na melhoria da mobilidade das pessoas, através da promoção de uma mobilidade eficiente, económica e ambientalmente sustentável.

Neste âmbito previa-se, para 2022, uma despesa no montante máximo de 6,266 milhões de euros e, para os anos económicos de 2023, 2024 e 2025, uma verba de até 14,9 milhões de euros para cada ano.



**SOFTWARE IPSS
ECONOMIA SOCIAL**

**SOLIDÁRIOS CONSIGO
DESDE 1995**

Há 28 anos a prestar serviços na área da informática com largos anos de experiência e centenas de clientes satisfeitos.

+ de 900 clientes

+ de 40 aplicações

28 ANOS DE PROFISSIONALISMO

PC PROCESSOS CLÍNICOS UCC	}	PEM PRESCRIÇÃO ELETRÓNICA
ACC - ATESTADO CARTA DE CONDUÇÃO	}	QIJ QUALIDADE INFÂNCIA E JUVENTUDE
US UNIDADES DE SAÚDE	}	QTI QUALIDADE 3ª IDADE
<div style="border: 1px solid #ccc; padding: 5px; background-color: #c8e6c9; display: inline-block;">PI PLATAFORMA INTEGRADA (WEB)</div>		
ORC MÓDULO ORÇAMENTOS	}	UTC UTENTES CT
CNT CONTABILIDADE ESNL	}	GI GESTÃO DE IMÓVEIS
ORD ORDENADOS	}	REN RENDAS

- Serviço completo e personalizado
- Garantia de satisfação.
- Demonstrações grátis e sem compromisso
- Assistência remota

ENCONTRE-NOS EM

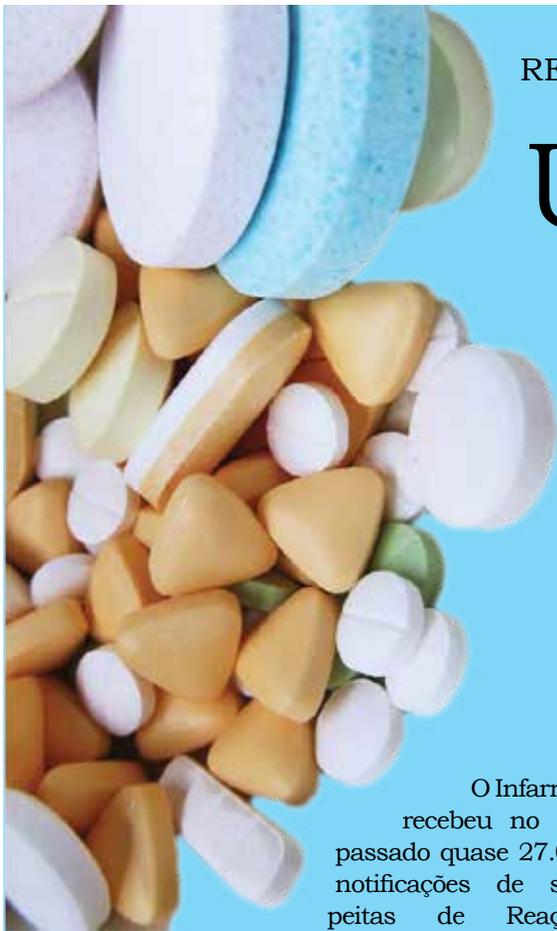
www.tsr.pt

TELEFONE (+351) 253 408 326
Chamada para Rede Fixa Nacional

TELEMÓVEL (+351) 939 729 729
Chamada para Rede Móvel Nacional

EMAIL: tsr@tsr.pt





REAÇÕES ADVERSAS A MEDICAMENTOS EM 2022

Um em cada cinco casos foi considerado grave

relativamente às vacinas contra a covid-19, que passaram de 24.885 (2021) para 16.486 (2022).

Os dados divulgados pelo Infarmed mostram que nos últimos 30 anos o Portal RAM registou 144.344 notificações de suspeitas de reações adversas.

Das 26.932 notificações de suspeitas de RAM registadas, 5.902 (22%) foram recebidas por via direta e 21.030 (78%) através da indústria farmacêutica (titulares de Autorização de Introdução no Mercado).

Em 2022, a maior parte das suspeitas de reações adversas foram notificadas por profissionais de saúde (70%), das quais 32% de médicos, 25% de farmacêuticos e 10% de enfermeiros. Os utentes contribuíram com 30% das notificações recebidas.

As notificações espontâneas representam 95% do total. As restantes (solicitadas), que resultam de estudos observacionais e de seguimento de doentes com acesso ao uso de medicamentos que ainda não estão aprovados em Portugal representam os restantes 5%.

Das notificações espontâneas, 23% foram consideradas graves e nas solicitadas este valor sobe para 29%.

As notificações recebidas são analisadas e avaliadas para averiguar, por exemplo, se

são consideradas notificações válidas ou se são duplicadas. Depois desta avaliação, até ao momento, deram origem a 25.602 casos de reações adversas a medicamentos.

As reações adversas mais frequentemente notificadas durante o ano de 2022 foram as relacionadas com perturbações gerais e alterações no local de administração, “o que pode ser explicado pelas notificações de casos de RAM relacionadas com as vacinas contra a covid-19”, refere o documento.

Seguem-se as doenças do sistema nervoso (7.143 casos), as afeções musculoesqueléticas e dos tecidos conjuntivos (5.989) e as doenças gastrointestinais (3.525).

O maior número de notificações recebidas concentra-se no litoral Centro e Norte do Continente, com especial incidência nas áreas de Lisboa (33%) e Porto (27%), o que é explicado por uma maior densidade populacional, maior concentração de grandes hospitais e centros de saúde, que estão na base de maior ocorrência de consultas e prescrição de medicamentos.

A este nível, o Infarmed aponta um desafio futuro: “promover a notificação de suspeitas de RAM junto dos vários notificadores do interior do Continente e das Regiões Autónomas, através da promoção de campanhas de sensibilização e formação”.

O Infarmed recebeu no ano passado quase 27.000 notificações de suspeitas de Reações Adversas a Medicamentos (RAM) e pelo menos um em cada cinco casos foram considerados graves.

Segundo o relatório de atividades do Sistema Nacional de Farmacovigilância correspondente ao ano de 2022, a notificação de reações adversas baixou (-31%) relativamente a 2021, o que faz o Infarmed alertar para a necessidade de “aumentar a consciencialização” de todos para a importância desta comunicação.

O documento refere igualmente que o ano de 2022 ficou marcado pela diminuição das notificações de suspeitas de RAM

AÇORES

Governo Regional e IPSS de acordo quanto ao aumento das comparticipações

O Governo dos Açores celebrou um acordo-base com as entidades representativas do setor social para 2023-2024, que estabelece um aumento das comparticipações financeiras às Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) e Misericórdias.

Segundo o Governo Regional (PSD/CDS-PP/PPM), foi publicado no Jornal Oficial da região o acordo-base para o biénio 2023-2024, que foi celebrado entre a vice-presidência do Governo e as entidades representativas do setor social: União Regional de Misericórdias dos Açores (URMA) e União Regional de Instituições Particulares de Solidariedade Social dos Açores (URIPSSA).

“O acordo-base agora assinado estabelece um aumento das comparticipações financeiras às IPSS e Misericórdias, ao abrigo dos contratos

de cooperação valor-cliente, na ordem dos quatro milhões de euros”, adianta um comunicado publicado no site do Governo açoriano.

O vice-presidente do Governo dos Açores, Artur Lima, citado na nota, considera que a celebração do acordo-base “reforça a parceria que o Governo tem mantido com o setor social”, o que permite “dar continuidade ao percurso de valorização das instituições sociais e de salvaguarda da sustentabilidade financeira iniciado durante esta legislatura”.

Elogiando a forma como decorreu o processo negocial com o presidente da URMA, Bento Barcelos, e com o presidente da URIPSSA, João Canedo, o governante sublinhou o “papel fulcral que as IPSS assumem junto das comunidades onde estão inseridas”.

Segundo a publicação do Governo Regional, o acordo-base, que vigora até 31 de dezembro de 2024, “estabelece um aumento do financiamento das valências sociais típicas e atípicas em 5%, com exceção da resposta de creche familiar -- Ama, que conta com um reforço de 8,4%”.

O vice-presidente também destacou, uma vez mais, a evolução do valor padrão referente às estruturas residenciais para idosos (ERPI), que em 2023 e 2024 “será de 1.267,55 euros por idoso”. Em 2020, a verba paga por idoso era 1.001 euros.

Na opinião do vice-presidente do Governo dos Açores, “os idosos merecem cuidados diferenciados e de qualidade e as IPSS que desenvolvem resposta de lar estão, com este Governo, mais bem apetrechadas para corresponder a essas necessidades”.

JOSÉ FIGUEIREDO
ECONOMISTA



As taxas de juro ou os banqueiros centrais perdidos no seu labirinto

Há um par de meses escrevi neste espaço de crónica que os banqueiros centrais, em larga medida por culpa própria, haveriam de passar um mau bocado.

Esse tempo parece ter chegado.

Na última reunião do BCE em Sintra a Sra. Christine Lagarde terá eliminado algumas ilusões que ainda pudessem andar por aí quanto a boas notícias sobre taxas de juro.

O mais provável é que as taxas de juro ainda tenham espaço para subir mais 25 ou 50 pontos base.

O problema para os banqueiros centrais é que não é fácil justificar perante as pessoas comuns o atual andamento da política monetária, ao mesmo tempo que é fácil para políticos populistas e demagogos dizer que o BCE vai por mau caminho.

A taxa de inflação na zona euro está um pouco acima de 5% e tem mostrado uma trajetória consistentemente descendente desde o pico em outubro/novembro do ano passado. Contudo, se retirarmos ao índice geral os elementos mais voláteis (energia e comida não processada), a inflação nuclear está próxima de 6% e não mostra tendência para descer.

Que pode (ou deve) fazer o BCE com este quadro?

Uma visão simplista (muito germânica, se quisermos) é dizer que o BCE deve cumprir o seu mandato que é colocar a inflação em 2% (idealmente um pouco abaixo) sendo que, estando a inflação da zona euro tão longe dessa meta, há que aumentar a dose do remédio e subir as taxas de juro.

Embora seja claro que, nas atuais circunstâncias, se quiser cumprir o seu mandato, o BCE tem de manter uma política monetária restritiva, já não é garantido que o cumprimento do mandato implique necessariamente o agravamento das taxas de juro. Na verdade, não há nenhuma fórmula mágica que nos diga qual é o nível ótimo das taxas de juro no cenário atual - a única forma de validar a bondade (ou erro) da política é ir olhando para os resultados.

Mesmo olhar para os números que vão saindo pode ser enganador. Sabemos por experiência passada que existe um diferimento temporal entre as medidas de política monetária e a produção dos seus efeitos - nunca menos de um ano e, por vezes, mais de um ano e meio, o que quer dizer que, durante um ano ou mais, andamos quase às cegas.

Podemos ter uma inflação nuclear que teima em não descer, mas a política estar pristinamente adequada - pode faltar apenas dar tempo a que os mecanismos de transmissão façam o seu papel.

Que fazer, então?

Uma das estratégias possíveis é fazer uma pausa e dar mais um tempo para recolha de informação que nos diga o que fazer. Foi a opção da Reserva Federal Americana (FED) no seu último encontro decisório.

Claro que a FED prudentemente deixou claro que a pausa não podia ser interpretada como o fim do ciclo das subidas. Dependendo da informação posterior podia ser necessário voltar aos aumentos das taxas de juro.

A outra estratégia consiste em acreditar que, embora não saibamos prever o futuro com rigor, pelo menos temos informação para avaliar qual é o maior dos males: subir de menos e dar um empurrão na inflação ou subir de mais e causar danos evitáveis.

Os responsáveis do BCE têm sinalizado que, na sua avaliação, os riscos de fazer de menos (deixar como está) são superiores aos riscos de fazer de mais, ou seja, continuar a subir as taxas de juro.

Como seria de esperar a situação está a causar desconforto nos meios políticos. Por exemplo, o nosso primeiro-ministro não se cansa de recomendar “moderação” ao BCE, em Itália são mais vocais e classificam a postura do BCE de “absurda”.

Quem tem razão?

Por mais que me custe, no atual quadro, tendo a alinhar com o BCE.

Tenho as maiores dúvidas que a redução da inflação para níveis confortáveis (se tem de ser 2% é outra conversa - faremos uma crónica sobre este tema) seja viável mantendo as coisas como estão e dando tempo ao tempo.

Excluindo energia e comida sobram, dependendo das geografias, entre dois terços e três quartos do índice geral de preços. Nessa parte mais estável do índice a esmagadora maioria são serviços, com um peso significativo das despesas de habitação.

Nos serviços o grande peso dos custos são os salários pelo que, se os salários subirem é muito difícil evitar que os preços dos serviços também subam.

No primeiro trimestre de 2023 os salários nominais na zona euro subiram 4,6% e os custos não salariais do fator trabalho subiram ainda

mais, nos Estados Unidos, em junho, os salários nominais horários estavam a subir 4,4 %. O mais provável é que o setor dos serviços, de longe o maior contribuinte para o índice geral da inflação, continue a aumentar preços.

Com os aumentos que aí vêm e com o que já está no pipeline, não vejo como podemos esperar, num horizonte próximo, uma descida significativa do índice geral da inflação, por melhor que se comportem a energia e a comida, isto é, os elementos voláteis cujo andamento é mais difícil de antecipar.

A energia é sempre uma caixa de surpresas. Atualmente contribui negativamente para o índice geral, mas quem pode garantir que vai ficar assim? A concorrência entre a Europa e a China no acesso aos contratos de gás natural já está a fazer subir os preços, o petróleo, que andava bem-comportado nos últimos tempos, já pulou para cima de 80 dólares por barril...

Com o que sabemos hoje tudo aponta para que os astros estejam alinhados para uma inflação geral que vai continuar a descer (salvo qualquer surpresa do lado da energia), uma inflação nuclear mais resistente à descida e que seja necessário um bocado de tempo para a poeira assentar.

É aqui que os banqueiros centrais se perdem no seu labirinto. Se acreditam que a dose é pequena e sobem mais as taxas de juro correm o risco de estar a causar dano à economia e sofrimento em muitas pessoas sem necessidade (saem mal na fotografia para gáudio de toda a espécie de populistas), se acreditam que a dose já é suficiente e não sobem as taxas podem estar a dar oportunidade à inflação de se entrenchear no tecido económico-social e depois pode ser o diabo para correr com ela (não cumprem o mandato e martelam o último prego no caixão da credibilidade dos bancos centrais).

A única coisa que poderia salvar os bancos centrais do atual dilema seria a generosidade dos trabalhadores, aceitando perder pacificamente poder de compra com renúncia a aumentos salariais. Dizem as más línguas que a Sra. Christine Lagarde tem um salário de +/- 35.000 euros por mês. Admito que a Sra. Christine Lagarde, num ímpeto solidário, nos faça o favor de não exigir a atualização do seu salário. O que não acredito é que os que fazem todos os dias contas para o fim do mês aceitem tranquilamente perder o seu exíguo poder de compra...

Vai doer!



**ESPECIALISTAS
EM FORNECIMENTO
ALIMENTAR
E NÃO ALIMENTAR**



30 ✓

Marcas Representadas

19 ✓®

Marcas Próprias

5.800 🚚

Pontos de entrega

4.800.000 🚛

km / ano

120.000 📦

Toneladas /ano
de alimentos de alta
qualidade

175 M €

Em vendas

100% 🇵🇹

Cobertura Nacional
e Ilhas (Madeira e Açores)
e exportação para África,
Ásia, Europa e América

+24.000 🥫

Referências alimentares
e não alimentares

8 🏠

Plataformas Logísticas:
Lisboa, Porto, Viseu,
Covilhã, Algarve, Açores
(São Miguel e Terceira)
e Madeira



LISBOA: 210 420 000
ALGARVE: 282 484 009
PORTO: 220 406 900

COVILHÃ: 275 320 600
VISEU: 232 430 470
MADEIRA: 210 420 000 | 917 175 381

SÃO MIGUEL: 296 960 550
TERCEIRA: 295 513 048
WWW.SOGENAVE.PT



ÂMBITO: VER CERTIFICADOS
Nº 2008/AMB0364
Nº 2019/SST.0521
Nº 2006/CEP2827
Nº 2008/GSA0037

TRIVALOR
trivalor.pt



A inevitabilidade dos incêndios

FICHA TÉCNICA

Propriedade: CNIS (Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade) - Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto - NIF: 501 146 253 - **Telefone:** 22 606 86 14 | **Fax:** 22 600 17 74 - | **e-mail:** jornal.solidariedade@gmail.com | **Sede de Redação e de Editor:** Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto | **Diretor:** Padre Lino Maia | **Diretor-Adjunto** Padre José Baptista | **Editor:** V.M. Pinto **Redação:** Milene Câmara, Pedro Vasco Oliveira e Rodrigo Ferreira - **Colaboradores:** Fernando Martins, Henrique Rodrigues, José Silva, Padre José Maia e José Figueiredo | **Estatuto Editorial:** <http://www.solidariedade.pt/site/mostrapdf/13446> | **Impressão:** Unipress - R. Anselmo Braancamp, 220 - Granja 4410-359 Arcozelo - Gaia | **Tiragem:** 5.000 exemplares **Depósito Legal** n.º 11753/86, ICS-111333

UNICEF ESTUDA EFEITOS NA EUROPA E ÁSIA CENTRAL

Ondas de calor afetam 94% das crianças em Portugal

As ondas de calor afetam 94% das crianças em Portugal, o equivalente a 1,5 milhões, estando metade das crianças na Europa e na Ásia Central exposta a uma alta frequência de ondas de calor, alerta a UNICEF.

A elevada exposição representa o dobro da média mundial, que indica que uma em cada quatro crianças está exposta a alta frequência de ondas de calor, indica um relatório divulgado pela agência das Nações Unidas para a infância.

“Em Portugal, as ondas de calor estão também a acontecer com maior frequência e a UNICEF estima que, atualmente, 94% das crianças, o equivalente a 1,5 milhões de crianças, está exposta a uma elevada frequência de ondas de calor”, salienta-se no comunicado.

Só na Europa e na Ásia Central, 92 milhões de crianças estão expostas a calor excessivo, indica a análise dos últimos dados de 50 países.

No documento, com o título, “Beat the heat: Protecting children from heatwaves in Europe and Central Asia” (“Combater o calor: Proteger as crianças das ondas de calor na Europa e Ásia Central”), destaca-se que as crianças são particularmente vulneráveis aos impactos das ondas de calor, colocando-as em risco de doenças graves, incluindo a insolação.

A vulnerabilidade dos bebés e crianças deve-se nomeadamente ao facto de a sua temperatura corporal aumentar significativamente e mais rapidamente do que a dos adultos.

A UNICEF alerta também que as ondas de calor afetam igualmente as capacidades de concentração e aprendizagem das crianças, o que deixa a sua educação em risco.

Citada num comunicado sobre o relatório, Regina De Dominicis, diretora regional da UNICEF para a Europa e Ásia Central, afirma: “Metade das crianças da região está agora exposta a uma elevada frequência de ondas de calor. Prevê-se que este número aumente até 2050. As várias implicações na saúde, atual e futura, de uma proporção tão significativa de crianças da região deve ser um catalisador para os governos investirem urgentemente em medidas de mitigação e adaptação”.

A UNICEF salienta que as ondas de calor devem aumentar nos próximos anos, e diz que, com base em cenários mais conservadores, de aumento de temperatura global de 1,7 graus celsius (em relação à época pré-industrial), “todas as crianças na Europa e na Ásia Central, incluindo em Portugal, estarão expostas a uma elevada frequência de ondas de calor até 2050”.

Estima-se, neste cenário, que 81% das crianças estejam expostas a uma duração elevada das ondas de calor, e que 28% estejam expostas a uma gravidade elevada das ondas de calor.

Para ajudar a proteger as crianças, a UNICEF apela aos governos da Europa e da Ásia Central a incorporarem a mitigação e adaptação às ondas de calor nas Contribuições Nacionalmente Determinadas (previstas no Acordo de Paris), nos Planos Nacionais de Adaptação e nas políticas de Redução de Riscos de Desastres e Gestão de Riscos de Desastres, mantendo as crianças no centro de todos os planos.

Pede ainda que se invista em cuidados de saúde primários, para apoiar a prevenção, ação precoce, diagnóstico e tratamento de doenças relacionadas com o calor entre as crianças, e que se invista em sistemas nacionais de alerta precoce de alterações climáticas.

Os governos devem também, sugere a UNICEF, adaptar os serviços de água, higiene e saneamento, saúde, educação, nutrição, proteção social e proteção infantil, para enfrentar os impactos das ondas de calor.

Lembrando que a evidência científica demonstra que o aumento das temperaturas é resultado das alterações climáticas, a UNICEF apela ainda aos governos da Europa e da Ásia Central a reduzirem as emissões de dióxido de carbono, para limitar o aquecimento global a 1,5 graus Celsius, e a duplicarem o financiamento de adaptação até 2025.

D.R.



Lavandarias Profissionais IPSS



Parceiro Oficial

GRUPO LABLAD, LDA.
Rua Fernando Namora, 135
4425-651 MAIA TLM 917571305
info@milplus.pt – www.milplus.pt